

“A Riqueza Está no Campo”:
Economia Rural, Financiamento aos
Empreendedores e Fortalecimento
Institucional em Moçambique

Salim Cripton Vala

Conference Paper nº 39

“A NOSSA RIQUEZA ESTÁ NO CAMPO”:

Economia rural, financiamento aos empreendedores e fortalecimento institucional em Moçambique¹

Salim Cripton Valá²

Para Samora Machel, a educação “devia desenvolver nos alunos atitudes e práticas coerentes e necessárias para a construção de um Moçambique unitário, coeso, próspero, política e economicamente independente, e solidário com a luta dos povos africanos e de todo o mundo. Devia formar o homem moçambicano através da conscientização do poder transformador da sua inteligência e do seu trabalho, libertando-o do fatalismo e resignação incutidos pela educação tradicional e colonial. Por isso, a escola devia desenvolver nos alunos uma atitude científica, aberta e crítica, que superasse qualquer tipo de dogmatismo. Esta era uma condição fundamental para se poder implantar no país uma economia próspera e avançada” (Buendia, 2001: 86).

I. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Este artigo procura chamar a atenção para a necessidade de dar uma atenção especial ao campo (meio rural) na formulação, implementação e monitoria de políticas públicas de promoção do crescimento e, principalmente, desenvolvimento económico em Moçambique. Partindo duma frase do primeiro Presidente de Moçambique independente- Samora Machel- que tinha reconhecido que “*o nosso ouro, petróleo e diamantes estava no campo*”, é vital e urgente a alteração da concepção e da prática de fazer desenvolvimento em Moçambique. Como atacar e vencer o principal problema de Moçambique que é a pobreza? Podem-se usar múltiplos caminhos, mas temos de fazer opções com racionalidade e estar conscientes das suas implicações. Mas como se pode atacar esse problema de forma rápida, abrangente e sustentável? Qual é a melhor estratégia a adoptar, para atingir que meta, durante quanto tempo e com que recursos disponíveis? Podemos desenhar uma estratégia ideal e podemos ter uma estratégia possível; o mais importante, parece, é ter capacidade de implementar a estratégia definida.

Qual é a nossa visão comum sobre a estratégia a adoptar? Será que temos uma visão compartilhada? Será que todos sabemos qual é o nosso ponto de partida e onde queremos chegar? Ou não é necessário que todos estejamos envolvidos? Estamos todos conscientes dos desafios que temos de enfrentar e qual é o contributo de cada um para alcançar a meta? A economia moçambicana está crescendo significativamente desde meados dos anos 1990, mas o contributo da sua componente rural é ainda modesto mesmo tendo em conta que no campo vive cerca de 65% da população do país, população essa que se dedica maioritariamente à actividade

¹ Artigo a apresentar na Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), “Desafios para a Investigação Social e Económica em Moçambique”, Maputo, Centro de Formação das TDM, 19 de Setembro de 2007.

² Licenciado em História e mestrado em Desenvolvimento Agrário. Investigador da Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural (DNPDR) do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) e docente da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Actualmente é o Director da DNPDR. E-mail: salimvala.dnpdr@tvcabo.co.mz. Tel/Fax: +258-21-419824; Tel (directo): +258-21-418206; Cel: 82-4284890- Caixa Postal: 4518, Maputo. Moçambique.

agrária, embora nos últimos 12 anos outras actividades económicas como o turismo, comércio, pesca, exploração mineral, pequena indústria, transportes, comunicações e construção estão a ganhar cada vez mais espaço. Podemos ter uma estratégia de desenvolvimento sem priorizar o campo? Uma estratégia dessas colocaria as *pessoas em primeiro lugar*? (Chambers, 1995). Uma estratégia dessas seria inclusiva ou não é preciso que seja inclusiva? Que estratégia de desenvolvimento pode pôr fim ao flagelo da pobreza? (Sachs, 2005).

Literatura especializada advoga que o desenvolvimento de Moçambique passa necessariamente pela exploração rentável e sustentável do potencial existente nas zonas rurais (Negrão, 2003; Mosca, 2005; Castel-Branco, 1995; Francisco, 2006; Adam, 2006, só para citar alguns exemplos). Por outras palavras, a economia rural tem de ser revitalizada. Como é que isso se faz? O que é que aconteceu com a estratégia de “socialização do campo”, com os programas de desenvolvimento rural integrado, com a estratégia dos “pólos de desenvolvimento”, com os programas de ajustamento estrutural, com as iniciativas de desenvolvimento comunitário e com “outras modas de desenvolvimento rural” (Negrão, 1997) que foram “laboratoriamente testadas” em Moçambique? O que esteve errado? Porque os nossos desejos / intensões não foram alcançados?

A África Sub-Sahariana (ASS) está fortemente impactada pela globalização, com importantes crises sociais, económicas e políticas, fustigada por tentativas de reformas estruturais de cunho neoliberal inspiradas no “Consenso de Washington”, que não puderam reduzir de forma desejável nem a pobreza nem as desigualdades, não contribuindo portanto para melhorar a qualidade de vida da maioria da população. A região conta hoje com o maior número de pobres da sua história e o acesso à educação, saúde, água potável e saneamento, habitação, electricidade e emprego é ainda bastante restrito. O continente possui uma grande brecha entre ricos e pobres, manifestam-se desequilíbrios territoriais significativos e são evidentes incríveis inequidades de género, idade e etnia, além de que o crescimento demográfico continua a ser uma preocupação em virtude dos índices modestos de produção e produtividade³. O quadro apresentado dá sentido à rediscussão dos modelos de desenvolvimento na ASS e em Moçambique.

A transformação sistémica do país, iniciada em 1986/87, teve um carácter abrangente e profundo nos planos económico, social e político-institucional. No âmbito económico, as transformações no modo de funcionamento da economia foram gradativamente condicionadas pelos mecanismos de mercado, a partir de duas linhas concomitantes de condução da economia: um programa de ajustamento económico, tendo em vista os desequilíbrios no funcionamento da economia moçambicana, e um programa específico de privatização, tendo em vista modificar a estrutura de propriedade do país.

A ajustamento económico, introduzido por meio da chamada “*terapia de choque*”, levou a uma redução significativa da produção, subida do desemprego e uma concentração da renda, não obstante os resultados positivos alcançados no combate à inflação. Quanto ao programa de privatização, encontra-se actualmente em uma nova etapa, depois de concluída a chamada

³ Mas há igualmente aspectos positivos a saber: processos democráticos em andamento, novos movimentos sociais e económicos nacionais e regionais, experiências consideradas “bem sucedidas” de crescimento económico. Em muitos países, foram alargados significativamente os espaços de participação, as oportunidades de desenvolvimento económico local e as experiências de descentralização.

“privatização de massa”. Como resultado disso, a estrutura da propriedade no país modificou-se profundamente. O processo de privatização levou ao surgimento de uma classe anteriormente pouco expressiva na estrutura social moçambicana, a dos empresários. Mas as transformações introduzidas no plano económico, timidamente a partir de 1983 e mais abertamente desde Janeiro de 1987, levaram a uma mudança significativa na estrutura social do país como um todo (Valá, 2003b). De uma sociedade com tendências igualitárias, durante a vigência do sistema de planificação centralizada, passou-se a uma sociedade marcada por uma estrutura social muito diferenciada, com o surgimento, nos seus extremos, de uma parcela de população situada abaixo dos níveis de pobreza e de um grupo de poucos indivíduos e famílias detentores de elevado poder económico.

As transformações no plano político-institucional ainda estão em curso, como, aliás, todas as demais. Dizem respeito ao estabelecimento da democracia parlamentar, liberdade de filiação partidária, de imprensa e de associação, e ao desenvolvimento da sociedade civil no país, movimento esse dinamizado com a promulgação da Constituição da República de 1990. Não obstante as vicissitudes e desafios que se colocam à um país muito pobre, observa-se uma melhoria assinalável do quadro institucional, com a utilização dos entendimentos como instrumento de gestão política⁴. Quanto à sociedade civil, o seu desenvolvimento ainda é relativamente incipiente. O processo de transformações está em pleno curso, tanto no que se refere às reformas económicas *strito sensu* quanto à reestruturação do Estado e da própria sociedade.

Desde a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) em 1992 que Moçambique se tornou numa das histórias mais bem sucedidas de reconstrução pós-guerra e de recuperação económica e social em África. A proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza baixou de 69,4% em 1997 para 54,1 em 2003⁵. Isto representa uma redução de mais de 15 pontos percentuais em seis anos. Moçambique ultrapassou a meta estabelecida pelo PARPA I (2001-2005), que previa uma redução da pobreza de cerca de 70% em 1997 para 60% até 2005. Porém, apesar destas melhorias, o país enfrenta ainda grandes desafios. Moçambique continua a ser um dos países mais pobres do mundo- situando-se no 168º lugar num total de 177 países no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD, o mais baixo da SADC. O HIV/SIDA continua a ser a maior ameaça ao desenvolvimento do país, com a taxa de prevalência do HIV (15-49 anos de idade) a aumentar de 8,2% em 1998 para 16,2 em 2004. Para que Moçambique possa atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), terá de travar e inverter, com urgência, a incidência do HIV/SIDA, melhorar a eficiência da prestação de serviços aos pobres, criar postos de trabalho, aumentar as receitas do Estado, reduzir a dependência da ajuda externa e ter uma prontidão efectiva para as calamidades naturais periódicas e devastadoras (República de Moçambique & ONU, 2005 e Valá, 2006a).

O país tem registado taxas de crescimento económico acentuado desde os finais da década passada. A partir de 1995 o PIB começou a registar um crescimento significativo, tendo atingido

⁴ É muito interessante analisar a forma como as duas principais forças políticas do país entram em coalizão nos momentos críticos da vida do país.

⁵ O Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta para 2006-2009 (PARPA II), aprovado pelo Governo de Moçambique a 02 de Maio de 2006, tem em vista satisfazer o objectivo de diminuir a incidência da pobreza de 54% em 2003 para 45% em 2009. Para mais informações vide República de Moçambique, 2006: 1.

taxas acima de 10% em 1997, 1998 e 2001. Outros indicadores macroeconómicos registaram melhorias assinaláveis. Entre 1997 e 2005, Moçambique registou uma média de crescimento de aproximadamente 8%, e o Governo conseguiu assegurar o controlo da inflação e a estabilidade da moeda. Este cenário criou um ambiente propício para a atracção de investimentos, quer nacionais quer estrangeiros. Em termos de PIB real per capita, a Província de Maputo apresenta valores em média três vezes superiores à média nacional e cinco a seis vezes o PIB per capita de Niassa, Cabo Delgado, Zambézia e Tete. A cidade de Maputo, e as províncias de Maputo e Sofala apresentam um PIB real per capita superior ao da média nacional, se bem que entre elas a cidade de Maputo tenha um PIB per capita duas vezes superior ao da província de Sofala (UNDP, 2006: 3 & 19). Sob qualquer ponto de vista com que queiramos olhar para o país vamos constatar uma grande diversidade de realidades políticas, expressões culturais, práticas sociais, dinâmicas económicas que muito contribuem para “cristalizar a unidade nacional assente na diversidade local”.

O crescimento económico de Moçambique foi acompanhado por uma mudança na composição do PIB onde a participação da indústria no PIB total cresceu de 16% em 1997 para 27% em 2003, enquanto a da agricultura decresceu de 30% para 23% no mesmo período. Este é um fenómeno importante tendo em conta que o sector agrícola dá emprego e suporte económico a mais de 70% da população economicamente activa, enquanto os serviços, incluindo o Governo empregam 15% da força de trabalho e a indústria somente 5%. A tendência de crescimento da economia, suportado fundamentalmente pelo sector industrial⁶, é o reflexo do comportamento dos investimentos no país, que cresceram a uma taxa média de 11% no período 1997-2003, portanto acima da taxa média de crescimento económico. No PARPA II, o Governo reconhece que a redução da pobreza de forma rápida e abrangente vai exigir o balanceamento entre a estabilidade macroeconómica e o crescimento económico, sendo vital a aplicação das seguintes medidas: i) continuar a consolidar o sistema fiscal; ii) manter uma política monetária estável; iii) melhorar o ambiente de negócios, e; iv) implementar a Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR) (República de Moçambique, 2006 & UNDP, 2006).

O objectivo deste artigo é de discutir o desenvolvimento de Moçambique tendo como epicentro as zonas rurais. Procurou-se mostrar que o grande potencial para o desenvolvimento do país encontra-se no campo, muito embora actualmente esse potencial é marginalmente usado para a criação de riqueza que possa engendrar um circuito de prosperidade para as pessoas que vivem nas áreas rurais. Os eixos centrais da análise são a dinâmica da economia rural num país marcadamente pobre e subdesenvolvido, em que é fundamental adoptar uma engenharia de intervenção que se acomode a heterogeneidade do país. O trabalho trata do empreendedorismo no campo e coloca uma atenção especial para a necessidade de ampliar o acesso aos serviços financeiros e à outros factores que concorrem para viabilizar os negócios no campo (por exemplo, acesso aos recursos naturais, às tecnologias, às infraestruturas e aos mercados.). Argumenta-se que as instituições vigorosas no campo podem promover o desenvolvimento nos distritos porque estão melhor “calibradas” para intervir ao nível local. O artigo termina procurando abrir a caixa de pândora, remetendo o leitor a olhar para a melhoria do ambiente de

⁶ O crescimento da indústria foi grandemente impulsionado pelos megaprojectos que pela sua natureza têm pouco efeito sobre a pobreza dado que criam poucos postos de trabalho, e as suas contribuições fiscais são relativamente modestas devido ao grande nível de isenções fiscais que lhes são concedidas.

negócios como um imperativo de desenvolvimento económico e social sustentável dos Distritos de Moçambique.

II. ECONOMIA RURAL: Um veículo de transformação da pobreza para o desenvolvimento sustentável dos Distritos?

A pobreza foi durante muito tempo considerada como um facto natural. A riqueza só podia pertencer a um pequeno número: príncipes, guerreiros, mercadores e sacerdotes. Durante séculos, o paganismo, as religiões monoteístas ou a sabedoria do extremo oriente concorreram para fazer aceitar a autoridade de direito divino, a pobreza, a mendicidade e a condição errante como partes tão imutáveis e inelutáveis da paisagem social quanto o eram todos os dias o nascer e o pôr do sol (Valá, 2003: 6).

Hoje é sabido que os grandes impérios como a China, a Índia, o califado abássida de Bagdade, para não falar das antigas civilizações faraónicas ou mesopotâmicas, da civilização grega ou do Império Romano, atingiram graus de conhecimento elevado nas matemáticas, no urbanismo e na arquitectura, na astronomia e na medicina. Contudo, nunca nessas civilizações a pobreza foi considerada como um fenómeno que se devia e se podia vencer. A pobreza, no sentido moderno do termo, não era entendida em todas essas civilizações urbanas e mercantis como um fenómeno perverso e aberrante, causado por uma exploração insuficiente do potencial dos recursos naturais, assim como pelo desconhecimento das capacidades do engenho humano. Terão sido talvez as civilizações não urbanas de África ou da América pré-colombiana as que melhor tomaram consciência da pobreza e a souberam gerir por intermédio de sistemas igualitários e muito eficazes de repartição de recursos naturais disponíveis (Corm, 1996: 28)

Abordar questões relacionadas com opções de estratégias de desenvolvimento calibradas para Moçambique actualmente, levam-nos inevitavelmente a reflectir sobre as problemáticas de pobreza versus desenvolvimento. É comumente sabido que um dos principais problemas de desenvolvimento em Moçambique é o elevado índice de pobreza que ainda afecta pouco mais que 50% da sua população. Gostaria de fazer recurso à uma citação de Landes (2002: XX) para ilustrar a diferença entre países pobres e ricos:

Qual o tamanho do abismo entre ricos e pobres e o que acontece com esse abismo? Em poucas palavras: a diferença em termos de rendimento per capita entre a mais rica nação industrial, a Suíça, e o mais pobre país não industrial, Moçambique, é de cerca de 400 para 1. Há 250 anos, esse hiato entre o mais rico e o mais pobre era talvez de 5 para 1 e a diferença entre a Europa e o Leste ou Sul asiáticos (China ou Índia) andava em torno de 1,5 ou 2 para 1.

A verdade é que o hiato entre a riqueza e a pobreza continua a aumentar, sobretudo nos extremos. Alguns países não estão apenas a não ganhar; estão cada vez mais pobres, em termos relativos e, por vezes, em termos absolutos. Outros mal conseguem manter-se onde estão. Outros esforçam-se por recuperar o atraso. Podemos recorrer a alguns exemplos de países africanos e asiáticos para ilustrar o que foi apontado antes: Em 1970 a Malásia exportava três vezes mais produtos manufacturados do que o Kénia. Em 1990, a mesma Malásia já exportava 52 vezes mais! Por sua vez a Nigéria exportava em 1970 mais produtos manufacturados do que a

Indonésia. Em 1990 era a Indonésia que exportava 36 vezes mais do que a Nigéria (Torres, 1997: 93).

Há cerca de três anos, o Presidente da República de Moçambique, Armando Emílio Guebuza, criticou de forma aberta a “*atitude fatalista*” se realmente pretendemos combater a pobreza em Moçambique. Na sua óptica,

Nós temos de ter a certeza que somos capazes de deixar de ser pobres. Podemos, merecemos e somos capazes de ser ricos. Temos de cultivar a auto-estima. Os recursos são todos nossos ... Quando se fala de honestidade, há por aí quem pense que qualquer acto tendente a construir riqueza é, por esse mesmo facto, desonesto. É profundamente errado. Se nós questionamos a seriedade daqueles que trabalhando, conseguem ter alguma riqueza, estamos a castrar, à partida, a possibilidade de combater a pobreza (Guebuza, 2004: 21).

No mesmo diapasão que o Presidente Guebuza, posiciona-se o sociólogo Elísio Macamo ao refutar a mensagem da canção “*País da Marrabenta*”, segundo a qual “ser honesto em Moçambique significa viver na pobreza”. Se assim fosse, enfatiza o autor, “era caso para se parar imediatamente com o combate à pobreza absoluta, pois pelo menos dois terços dos moçambicanos seriam, de acordo com a lógica subjacente ao tema musical, honestos absolutos” (Macamo, 2005).

Os dois exemplos apontados refutam de forma categórica as várias ideias erróneas sobre a pobreza em Moçambique, mas igualmente sobre a “visão negativista” existente em alguns segmentos da sociedade em relação a riqueza e ao capital. As percepções deturpadas e até pervertidas sobre a pobreza criam obstáculos para a concepção de efectivas e adequadas estratégias de combate à pobreza. Com uma mentalidade de “*elogio a pobreza honesta*” e o reconhecimento de que “*a pobreza é uma fatalidade*”, as pessoas adoptam uma atitude passiva e inactiva, em detrimento do espírito empreendedor, dedicação e afinco ao trabalho, investimento produtivo das poupanças para a multiplicação e valorização dos activos. Acreditamos que é muito difícil combater e vencer a pobreza em Moçambique se não for pela via da criação, acumulação e multiplicação da riqueza⁷.

A pobreza não vai reduzir-se de forma rápida e abrangente enquanto a maior parte das famílias rurais estiverem a produzir pouco e a vender o que produzem à um preço baixo. Corroboro com Osman (2003: 25), quando refere que

*O desenvolvimento económico não pode ser confundido com a criação de bolsas de prosperidade, como é o caso da Mozal e não pode acontecer com a exclusão da maior parte da população de Moçambique, que vive no campo.
A redução substancial da pobreza só é possível se for possível alcançar, através do investimento e do aumento do conhecimento, uma subida generalizada da produtividade.*

⁷ Para mais informações sobre o assunto vide os trabalhos de Francisco (2005) e Osman (2003).

Alguns autores consideram ser fundamental revisitar os grandes objectivos estratégicos de desenvolvimento em Moçambique, como nos chama a atenção Prakash Ratilal. A sua provocadora pergunta é se “*o nosso objectivo estratégico é reduzir a pobreza absoluta ou criar riqueza ?*” (Ratilal, 2002: 76). Ele refere que formulado pela positiva este conceito desperta uma atitude mais activa e dinâmica. Mas a “pergunta mágica” continua sem resposta: “*Num país pobre como o nosso, como se faz crescer a riqueza ?*” (Idem). De igual modo, Negrão (2003: 63) enfatiza que “a erradicação ou alívio da pobreza só é possível com o aumento da riqueza”. É hoje comumente aceite que a sustentabilidade do desenvolvimento depende da formação do capital e esta, só é possível quando: i) a poupança é maior que o consumo, e; ii) a poupança é direccionada para o investimento produtivo.

A perspectiva referida anteriormente é compartilhada por Andersson (2002), no seu ensaio sobre o “*Impacto dos Megaprojectos na Economia Moçambicana*”. O autor faz uma análise do efeito económico de seis grandes projectos (Mozal, Hidroeléctrica de Cahora Bassa, construção duma nova barragem em Mepanda Uncua, projecto de gás natural de Temane e Pande, projecto de fundição de ferro e aço de Maputo e o projecto de areias pesadas de Chibuto) sobre a economia do país. Se tudo acontecer como está planeado, os projectos retrocitados vão ter um largo impacto no PIB e na balança comercial, mas terão menor peso no rendimento nacional e na balança de pagamentos devido ao efeito de compensação dos fluxos financeiros, pagamento do serviço da dívida e repatriação dos lucros.

Os benefícios desses projectos são importantes sob várias perspectivas. Dado que são orientados para as exportações, vão trazer vantagens por ligar Moçambique à economia internacional. Eles podem servir, igualmente, como “mostruários” para ilustrar as possibilidades e oportunidades de investimento no país. Por outro lado, esses projectos melhoram as infraestruturas e proporcionam oportunidades de formação para a força de trabalho moçambicana. Em contrapartida, os megaprojectos não irão resolver o problema do desemprego em Moçambique. Todos eles são de capital intensivo e, portanto, um número limitado de empregos será criado directamente (cerca de cinco mil posto de trabalho), mais cerca de 15 mil empregos indirectos através das indústrias de suporte. Isso implica que cada emprego directo vai custar cerca de um milhão de dólares norte-americanos, ou seja, uma forma bastante onerosa de criar empregos. Perante o quadro apresentado, Andersson (2002) recomenda que sejam feitos grandes investimentos na agricultura, agro-indústria e indústria transformadora com mão-de-obra intensiva para aliviar o problema de desemprego em Moçambique, e criar assim condições para uma mais rápida criação da riqueza com bases mais largas e de forma inclusiva.

Na sua obra “*Ética, Educação e Criação da Riqueza: Uma reflexão epistemológica*”, Brazão Mazula convida-nos a encarar o pensar diferente como um postulado da democracia e do desenvolvimento. Ele sustenta que o desenvolvimento de uma sociedade é um processo colectivo, que exige a potenciação e a racionalização das capacidades dos seus cidadãos. O autor refere que a *democracia desejada* é comunicativa e não se confina à existência física das instituições, mas se qualifica essencialmente no funcionamento racional dos seus actores, os quais buscam uma cooperação permanente necessária para a estabilidade social e política da pátria e o bem-estar do cidadão, ou seja, a realização do desenvolvimento real integra a democracia comunicativa. Mazula, sustentando-se nas visões de John Kenneth Galbraith, Amartya Sen, Norberto Bobbio e Kenneth Arrow, conclui que *os moçambicanos não estão*

predestinados a serem eternamente pobres e que é vital que todos trabalhem arduamente para criar a riqueza que é, na verdade, uma estratégia mais pro-activa de combater a pobreza (Mazula, 2005).

Em jeito de síntese referir que a análise das políticas de desenvolvimento implementadas nas últimas três décadas trouxe a luz, como uma das principais dificuldades, a impossibilidade de tratar o país como um todo homogéneo. Diversos aspectos como a questão da posse da terra, crédito, tecnologias apropriadas, mercados, bem como sistemas de produção mostram que políticas nacionais e centralizadas foram incapazes de surtir os efeitos esperados, por serem insensíveis às particularidades locais e por pretender sujeitar a matriz social aos interesses nacionais⁸. Por conseguinte, é fundamental explorar as virtudes das abordagens de desenvolvimento regional, distrital, territorial e local, adaptando essas perspectivas ao contexto sócio-económico e político concreto. A minha experiência de 16 anos como profissional de desenvolvimento rural provou que não existem “*receitas universais ou miraculosas*” que ao serem implementadas num determinado contexto (natural e humano) conduzem uma sociedade ou comunidade inevitavelmente na senda do desenvolvimento. É necessário, portanto, ter em conta as especificidades e particularidade de cada região, e reconhecer que cada território exige uma estratégia peculiar adequada para a situação concreta.

O sentido do termo “desenvolvimento” poucas vezes é explicitado, apesar de seu emprego ser corrente. Presume-se que seja sempre bem compreendido, o que torna desnecessário explicar o seu real significado. Consciente do problema, a Professora Joan Robinson, da Universidade de Cambridge, costumava comparar o desenvolvimento ao elefante: difícil de definir, mas muito fácil de reconhecer. No leque de países que podiam ser considerados desenvolvidos, as pessoas tinham muito mais chances e opções do que os habitantes do resto do mundo. Desenvolvimento corresponde à ampliação das possibilidades de escolha: não apenas de modelos de automóvel ou canais de televisão, mas sobretudo das oportunidades de expansão das potencialidades humanas que dependem de factores sócio-culturais, como saúde, educação, comunicação, direitos e liberdade.

O desenvolvimento é, na verdade, um meio, pois pertence ao domínio das coisas instrumentais. Nós almejamos o desenvolvimento para corrigir em tempo esta sociedade que se foi construindo e que, pelo menos em parte, é fruto de um desenvolvimento desequilibrado. Portanto, é preciso não perder de vista que, embora tenhamos que ter o rigor de soluções técnicas, sócio-económicas e ambientais viáveis, não nos podemos deixar apaixonar pela técnica em si mesma ou pelo resultado material do esforço. É preciso ver que atrás disso há um problema maior, um problema de distribuição, um problema de equidade, um problema de resgate da miséria, um problema de solidariedade, fraternidade. E é isso que torna o desenvolvimento um processo integral. É nessa perspectiva que se enquadra para Moçambique a visão do filósofo francês Jacques Maritain: “O Desenvolvimento é a promoção de todos os homens e do homem como um todo, portanto, sem exclusões; e do homem em toda a sua potencialidade, inclusive no terreno do valor dos símbolos, da cultura, do relacionamento interpessoal”.

⁸ Para mais informações sobre o assunto vide Valá, 2005a e Valá, 2005b.

No seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*, Amartya Sen (2000), Prêmio Nobel de Economia de 1998, refere que o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. A tese de Sen contrasta com visões mais restritas, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do PIB, aumento da renda per capita, industrialização, avanço tecnológico ou modernização. Os cinco critérios retrocitados são obviamente importantes como meios de expandir as liberdades. Mas as liberdades são essencialmente determinadas por saúde, educação e direitos civis. Ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-lo a alguns dos meios que, *inter-alia*, desempenham um papel relevante no processo. Uma diversidade de instituições- ligadas à operação de mercados, a administrações, legislaturas, partidos políticos, ONG's, poder judiciário, mídia e comunidade em geral- contribui para o processo de desenvolvimento precisamente por meio de seus efeitos sobre o aumento e a sustentação das liberdades individuais.

O argumento central de Sen (2000), é que o crescimento económico deve ser entendido como um meio de atingir outros objectivos, e não como um objectivo em si. Por outras palavras, não se trata de negar o papel crucial do crescimento económico, mas de entender melhor os benefícios que ele permite alcançar. E é aí que aparece claramente a maior contribuição de Amartya Sen: sua ênfase nas “habilitações” (entitlements) que geram “aptidões ou competências” (capabilities). Para Sen, a dinâmica do desenvolvimento precisa de ser entendida como um amplo processo de popularização de “aptidões ou competências” que decorre da expansão de “habilitações”. Sen propôs inverter a equação do processo explicando que o problema da pobreza não é falta de oferta de produto agrícola, mas falta de renda, poder aquisitivo, ou seja condições para entrar no mercado e capacidades em termos de educação e saúde⁹. Trata-se portanto de aumentar a renda familiar e as capacidades da família em termos de acesso à saúde e à educação, principalmente. A grande novidade de Sen foi ter mostrado que um país pouco desenvolvido como Moçambique poderia quebrar o círculo vicioso da pobreza investindo em educação que é um serviço intensivo em mão-de-obra, recurso barato, que não exige grandes investimentos, e que pode aumentar a produtividade da família, gerar renda familiar e poupanças, eventualmente.

É evidente que o crescimento económico está na base do combate à pobreza, muito embora não seja condição suficiente. Entre os factores que mais ajudam o crescimento a reduzir a pobreza destaca-se o grau de desigualdade. Quanto menos desigual fôr uma sociedade, maior será a redução da pobreza engendrada pelo crescimento económico. Seu impacto é pequeno quando há muita disparidade no acesso à terra ou à educação, ou quando são fortes as distâncias étnicas ou de género. Durante muito tempo foi aceite a ideia de que a redução da desigualdade seria prejudicial ao crescimento económico. Ocorre que muitos estudos empíricos recentes mostram exactamente o contrário. As sociedades com menos desigualdade são as que tendem a crescer com mais rapidez (Veiga, 2001: 5).

⁹ A pergunta de fundo que Sen coloca é de que adianta aumentar a produção agrícola pela via de tecnologias modernas se isso ocasiona um forte endividamento e a venda do produto agrícola a um preço baixo por causa das deficientes condições vigentes no mercado (estradas em mau estado, falta de informação, etc). Por outras palavras o autor chama-nos a atenção para o facto de o mercado para a colocação do produto ser tão importante quanto a própria produção.

É vital pensar Moçambique a partir de Moçambique. A questão fundamental não é ignorar ou hostilizar as ideias que se criam no mundo a respeito do desenvolvimento económico e social. É necessário, pois, não aceitá-las como uma submissão servil. É preciso ver em que medida as experiências de outros quadrantes do mundo se aplicam à nossa realidade, que é heterogénea.

A Abordagem de Desenvolvimento Rural em Moçambique (MADER, 2000), concebe o Desenvolvimento Rural como sendo um processo que articula os esforços nas esferas do crescimento económico¹⁰, a equidade social, o uso racional de recursos naturais e a governabilidade, com o objectivo de melhorar as condições de vida da população mediante uma transformação produtiva, sem arriscar a satisfação das necessidades fundamentais das gerações futuras e a capacidade de assimilação da natureza¹¹. O desenvolvimento visa o indivíduo e a comunidade em que ele se insere e não apenas as estatísticas agregadas. Operacionalizando o conceito para o “*Moçambique Rural*” pode-se referir que desenvolvimento é ter um pouco mais de dinheiro para as despesas da família, mais e melhor comida, mais possibilidade de comunicar-se e divertir-se com os familiares e amigos próximos e distantes, ter acesso a terra e mais vestuário, oportunidades de emprego, melhor assistência médica e escola, desporto, cultura, maior comunicação, liberdade, participação, auto-estima e conhecimento do mundo.

Hoje em dia não podemos cogitar o desenvolvimento de Moçambique sem colocar em perspectiva a relação entre o nacional e o mundial, ou seja, encarando frontalmente o facto de o país possuir uma dependência significativa da ajuda internacional¹². Mas existem outros elementos de relevo a equacionar como são os casos do processo de globalização, a integração regional, os desafios inerentes a construção dum Estado de direito e de justiça social, a

¹⁰ A concepção mais comum é a de que o desenvolvimento é crescimento económico e progresso tecnológico. Essa concepção tem suas bases na economia clássica. As mais diversas teorias sobre o desenvolvimento caminham quase sempre na reafirmação do económico. É frequente utilizar-se o termo desenvolvimento num sentido exclusivamente económico, sob o argumento que a estrutura económica é por si mesma um índice dos outros factores sociais; nas perspectivas mais recentes, como a do desenvolvimento humano, essa visão tem sido absolutamente contestada, isto é, discutir o desenvolvimento em termos meramente economicistas e quantitativos reduz o conceito de desenvolvimento a uma categoria materializada.

¹¹ Segundo o Relatório Brundtland, “Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades” (Cavalcanti, 1998). Em comparação com as discussões nos anos 70 (contribuição do Clube de Roma em que enfatiza a tese dos Limites do Crescimento, de Dennis Meadows em 1972, o conceito de eco-desenvolvimento, termo usado pela primeira vez por Maurice Strong em 1973 e posteriormente Ignacy Sachs formula os princípios básicos dessa nova visão de desenvolvimento, a Declaração de Cocoyok de 1974 e o Relatório Dag Hammarskjöld de 1975) o relatório da Comissão das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), conhecido como Relatório Brundtland mostra um elevado grau de realismo. Ele nem propaga a estratégia de “self-reliance” nem o abandono do crescimento económico. Interesses “nacionais” ele toca com cuidado e mantém sempre um tom diplomático, provavelmente uma das causas da sua grande aceitação. A crítica à sociedade industrial e aos países industrializados tem um espaço bastante limitado, em comparação com os anteriores documentos internacionais. Na Conferência do Rio em Junho de 1992, apesar de não ter satisfeito as expectativas, contribuiu para elevar a consciência sobre os perigos que o actual modelo de desenvolvimento económico significa. Em 2002 realizou-se na África do Sul a Conferência de Rio + 10. Os seus resultados práticos não foram muito melhores que os alcançados dez anos antes no Rio de Janeiro, Brasil.

¹² Essa questão vem claramente retratada na obra de Hodges & Tibana, 2005. Os autores apontam que a natureza do processo orçamental em Moçambique é bastante dependente da ajuda externa. Embora tenham ajudado a reconstruir Moçambique após uma longa e devastadora guerra civil e contribuído para o crescimento económico do país, a ajuda externa teve também efeitos colaterais perversos, fragmentando o planeamento, a orçamentação e a gestão governamentais e enfraquecendo a apropriação nacional do processo de definição de políticas.

problemática dos direitos humanos, a adopção de formas democráticas de actuação que valorizem o legado das instituições moçambicanas, o imperativo da “boa governação” e a garantia de que estamos usando adequadamente os recursos naturais disponíveis para que os mesmos possam ser usados pelas gerações vindouras. As contínuas e rápidas mudanças mostram que as economias e as instituições atravessam em todo o mundo uma fase de incerteza e uma crise de identidade.

No seguimento do PNUD, o Banco Mundial hoje dá um maior relevo às vertentes ditas “não económicas” do desenvolvimento (educação, saúde, qualidade de vida, classes sociais mais protegidas, etc) adoptando um liberalismo económico mais cauteloso do que no passado. Se a produtividade depende em grande medida da redução das intervenções do Estado, também depende do investimento em capital humano, verdadeira pedra angular do desenvolvimento. Até certo ponto, admite o Banco Mundial, a política intervencionista pode ser necessária e benéfica ao crescimento económico, como o mostra o caso das economias asiáticas, desde que não perverta a verdade dos preços relativos e permaneça dentro de limites moderados. Essa instituição mostra-se igualmente comedida sobre o alcance das teorias, notando que *o que era outrora considerado como verdade do evangelho* está hoje *largamente ultrapassado*, podendo ser tão imprudente “generalizar, como aderir incondicionalmente a teorias” (Abdelmalki & Mundler, 1995).

É evidente que a abertura aos intercâmbios internacionais, de produtos, investimentos, tecnologias e ideias é hoje uma condição *sine qua non* de progresso económico e social. A evolução registada em alguns países da Ásia e América Latina, por exemplo, mostra precisamente a contribuição dada pela economia mundial à dinâmica das economias nacionais. Os países em desenvolvimento, nomeadamente os africanos, têm portanto muito a ganhar com a “liberalização cautelosa” do seu comércio, uma vez reestruturados os espaços económicos regionais onde serão melhor viabilizadas as políticas económicas e sociais de modernização¹³. Por outras palavras, Moçambique deverá aproveitar melhor as oportunidades que surgem com a globalização e a integração regional, e não ficar à margem dos processos.

Tendo em conta a experiência económica de Moçambique independente, Castel-Branco refere que quer a estratégia socialista quer o PRES partilham de uma série de problemas de fundo cuja essência é a sua incapacidade de equacionar e dar respostas aos problemas estruturais da economia moçambicana. Ambas as estratégias foram desenhadas como resposta à necessidade de introduzir mudanças profundas, à pressão de crises estruturais graves e dos doadores dominantes de cada época¹⁴, tendo as mesmas atacado mais os efeitos que as causas das crises que se propunham enfrentar. As estratégias de desenvolvimento rural adoptadas no 3º e 4º Congressos subalternizaram o papel do campesinato, tornando-se um simples instrumento de acumulação de outros sectores da economia e concentrando recursos no sector estatal. Com o PRES, o centro de acumulação foi transferido para o sector privado nacional e estrangeiro. Na prática, nenhuma das estratégias alterou a ordem económica essencial herdada do período colonial, tendo apenas mudado o centro de acumulação, a orientação dos recursos e a forma de os alocar (Castel-Branco, 1995).

¹³ Para mais informações sobre o assunto vide a obra de Adda, 1996.

¹⁴ As duas estratégias eram fortemente dependentes da ajuda externa, na sua conceptualização, implementação e dotação de recursos.

Mosca (2005: 451) reconhece, como outros autores, que a estrutura económica, o desenvolvimento da sociedade, a natureza das relações externas configuram globalmente o contexto de médio prazo que indica a continuidade dos principais elementos caracterizadores da economia moçambicana. A actual estrutura foi formatada principalmente durante os últimos cento e cinquenta anos. As características fundamentais da estrutura económica colonial foram mantidas, no período da “experiência socialista” e são aprofundadas com a aplicação do ajustamento estrutural.

Vários autores tem colocado *algumas interrogações* sobre a política económica que orienta o governo de Moçambique desde 1987 (Negrão, 2003; Osman, 2003; Ratilal, 2002; Abrahamsson & Nilsson, 1997; Hanlon, 1997; Castel-Branco, 1995 e Hermele, 1990). Eles questionam o chamado “The Washington Consensus”¹⁵, fazendo uso da gíria das instituições de Bretton Woods. Os retrocitados autores apontam que *qualquer estratégia de desenvolvimento de Moçambique só será sustentável se tiver como epicentro o potencial produtivo do campo*, isto é, “uma estratégia de desenvolvimento baseada na exploração do potencial do meio rural é muito mais virada para dentro e adaptada para satisfazer as necessidades da maior parte da população do país” (Abrahamsson & Nilsson, 1997: 93).

Francisco (2003:173-174) afirma que Moçambique acumula actualmente três activos públicos preciosos: um crescimento económico positivo, elevado optimismo do mercado e paz e estabilidade política. Mas Moçambique possui também três passivos extremamente pesados: mais de metade da população vivendo em condições de pobreza absoluta, um endividamento externo asfixiante e um dos índices de desenvolvimento mais baixos do mundo. É perante este quadro de desenvolvimento que devem ser equacionados os esforços com vista a relançar a economia do campo para que a economia nacional possa desenvolver-se de forma mais rápida porque fragilizará dois grandes obstáculos a saber: o desemprego e as desigualdades sociais e territoriais. A mensagem que se procura transmitir é que as próximas duas décadas deverão ser orientadas para a reestruturação da economia rural com base em padrões que valorizem e potenciem as lógicas e dinâmicas dos produtores rurais. O desafio é complexo na medida em que a estruturação de processos económicos virtuosos no campo exige capacidades tais que suplantam as necessárias para implantar infraestruturas sociais nas zonas rurais.

¹⁵ Não é mais do que a apologia duma estratégia de desenvolvimento virada para as exportações. Com base em medidas macroeconómicas, o objectivo principal é recuperar a capacidade dos países devedores de amortizar as dívidas, no sentido de obterem uma melhor credibilidade financeira no mercado internacional de modo a possibilitar um financiamento externo da futura modernização.

III. O IMPERATIVO DE TER SERVIÇOS FINANCEIROS “CALIBRADOS” PARA OS EMPREENDEDORES RURAIS

A palavra empreendedor (entrepreneur) tem origem francesa e quer dizer “aquele que toma em mãos”, aquele que assume riscos e começa algo de novo¹⁶; a palavra foi introduzida a mais de dois séculos pelo economista francês Jean-Baptiste Say para caracterizar um agente económico especial, não apenas alguém que simplesmente abre um negócio, mas alguém que “muda os recursos económicos de uma área de baixa produtividade para uma área de maior produtividade e maiores lucros (Bornstein, 2006: 16). O termo empreendedorismo foi também utilizado pelo economista Joseph Schumpeter¹⁷ em 1950 como sendo uma pessoa com criatividade e capaz de fazer sucesso com inovações. Mais tarde, em 1967 com K. Knight e em 1970 com Peter Drucker foi introduzido o conceito de risco, ou seja, uma pessoa empreendedora precisa arriscar em algum negócio. Empreendedor é utilizado para designar, principalmente, as actividades de quem se dedica a geração de riquezas, seja na transformação de conhecimentos em produtos ou serviços, na geração do próprio conhecimento, ou na inovação em áreas como marketing, produção, organização, entre outras¹⁸.

Numa palestra realizada durante a 2ª Reunião da AMECON (12 de Abril de 2005) em Maputo, o economista Magid Osman debruçou-se sobre um tema que está no centro do debate actual sobre as políticas e estratégias de desenvolvimento de Moçambique: o empreendedorismo. Ele referiu que um empreendedor é um indivíduo que desenvolve uma actividade almejando obter lucros e que reúne para o efeito recursos próprios e alheios, com o objectivo de aproveitar as novas oportunidades que surgem através da inovação; uma característica da pessoa empreendedora é que assume riscos ainda que de forma precavida e prudente. Sustentando-se na visão de Bill Gates, Osman apresentou algumas das características que uma pessoa empreendedora deve reunir, a saber: visionária e capaz de ler as tendências do mercado; diligente, entusiasta e motivador, devendo possuir competências profissionais. Portanto, não é uma pessoa apenas com ideias. Muitas vezes o fundador de uma empresa não é o inventor, nem um teórico mas sim alguém que consegue pôr em prática uma ideia, uma visão, reunindo meios. Uma vez implementada a ideia, o fundador preocupa-se mais com a estratégia global e deixa os detalhes para os gestores (Osman, 2005).

Hoje em dia é já comumente aceite que **a verdadeira fonte de riqueza de uma Nação é a inteligência criativa do seu povo**. Nesse quadro, renasce com força a convicção de que são as pessoas visionárias- capazes de enfrentar novos desafios num contexto de rápidas e profundas

¹⁶ Um empreendedor está munido por uma “força transformadora”. É alguém com novas ideias para enfrentar grandes problemas, incansável na busca dos seus ideais, alguém que não aceita um não como resposta e que não desiste até disseminar as suas ideias o mais amplamente possível.

¹⁷ Joseph Schumpeter caracterizou o empreendedor como fonte de “destruição criativa” necessária aos grandes avanços económicos e sociais.

¹⁸ A visão do empreendedor é bem ilustrada com a citação de George Bernard Shaw: “Alguns homens vêem as coisas como são e perguntam: Porquê?. Eu sonho com as coisas que nunca existiram e pergunto: Porque não”. Um empreendedor tem características como originalidade, flexibilidade, facilidade nas negociações, diligência, prudência e comprometimento. Eles apreciam mudanças, não suportando nem normalidade nem mediocridade. Eles têm a capacidade de enxergar o invisível, adoram o não como resposta, e seguem adiante exaurindo possibilidades e visionando o por vir.

mudanças e que possuem o empenho necessário para não se deixar influenciar pelas adversidades- as mais capacitadas para promover crescimento económico e desenvolvimento individual e da sociedade. São esses empreendedores que criam novas e inovadoras empresas, geram centenas ou mesmo milhares de empregos, promovem as exportações do país, contribuem para o aumento das receitas fiscais e melhoram a produtividade e a competitividade do país.

Não tenho receio de afirmar que o meio rural em Moçambique é ainda carente de gente com espírito empreendedor. Muitos não concordarão comigo e dirão que o que não existe são as *condições propícias* para a afirmação dos empreendedores nos Distritos. Se é verdade que o ambiente económico e institucional é um “calcanhar de aquiles”, não é menos verdade que são em número reduzido os empreendedores que podem transformar, de forma sustentável, o manancial de recursos naturais existentes no país em riqueza para si, sua família e o país. Urge colocar duas questões que considero fundamentais: i) será que nos Distritos existe um número significativo de indivíduos com capacidade de fazer um racional aproveitamento das oportunidades económicas existentes?; ii) porque é que nos agregados familiares dos Distritos moçambicanos não existem muitos indivíduos com capacidade de realização, com desejo de superação e progresso, com habilidade criadora e inovadora, com coragem e determinação para enfrentar riscos e incertezas, com atitude mental orientada para o êxito, com convicção e confiança no sucesso do empreendimento?

Será que Moçambique é uma sociedade que possui grande propensão e disponibilidade para a adopção de práticas de fomentam o empreendedorismo? A resposta para essa questão é complexa. Avançamos com a hipótese de trabalho de que a acção empreendedora está associada à componente educacional, como um dos elementos fundamentais para o êxito do processo, através da correcta capacitação psico-social e técnica dos estudantes nas diversas fases do processo de ensino-aprendizagem. Por outras palavras, um empreendedor é um indivíduo que tem uma atitude proactiva em relação à vida e isso pode ser adquirido com base num novo enfoque educativo assente no empreendedorismo.

Os processos de educação sofreram uma mudança de paradigma nos últimos 40 anos. A mudança de paradigma consistiu na superação do modelo tradicional da *Pedagogia Transmissora*, modelo secularmente utilizado pelos sistemas educativos primários, secundários, e até universitários, no Terceiro Mundo. A mudança de paradigma efectivou-se através da crítica à *Pedagogia condutista ou modeladora de comportamento*, utilizada no treinamento industrial e militar, e adoptado, às vezes despercebidamente, pelos programas de desenvolvimento. A experiência mostra que para formar pessoas de mente aberta capazes de resolver problemas e tomar iniciativas, condição “sine qua non” para o desenvolvimento nacional, não basta apenas melhorar os conteúdos mas tem que se modificar os métodos de ensino-aprendizagem. Porque enquanto os conteúdos informam, a metodologia forma, isto é, modifica a estrutura mental. As estruturas mentais rígidas, dogmáticas e passivas se tornam críticas, flexíveis, criativas e inovadoras. Exactamente o que o desenvolvimento rural de Moçambique necessita.

A essência da nova pedagogia, denominada de *pedagogia problematizadora*, está assenta numa lógica de educação que repousa na transferência do protagonismo do professor ao estudante, isto é, o eixo central passa a ser o processo e a dinâmica da própria aprendizagem. Esta opção pedagógica coloca a responsabilidade da aprendizagem no estudante e o professor passa a ser um

facilitador do processo de ensino-aprendizagem. A mudança de paradigma consiste na passagem da ênfase na DIFUSÃO para a ênfase na RELAÇÃO, sendo necessário articular novos processos educativos que permitam aos estudantes serem criativos, imaginativos, críticos e inovativos, investigar novas soluções e procedimentos, reagir negativamente ao síndrome da “única solução”, etc (ênfase no saber-ser, saber-fazer e saber-aprender).

O processo educacional age no âmbito informativo, técnico e de capacitação mas igualmente no plano motivacional. A estrutura motivacional diferenciada e fortemente marcada pela necessidade de realização, isto é, “conquistar algo com esforço próprio”, está na base da acção empresarial. Compete assim à instituição escolar introduzir as condições formativas aos potenciais empreendedores e a adequação do facto educacional às necessidades e contingências do mercado. A educação deve introduzir estímulos para acelerar a necessidade de êxito e realização, promover uma acentuada preocupação em fazer o melhor (Mira, 1997).

Na óptica de Torres (1997), a noção de mercado na África Sub-Sahariana e em Moçambique é inseparável de dois pressupostos fundamentais sem os quais perde grande parte do seu conteúdo positivo, nomeadamente: a) a formação de uma classe competente de empresários nacionais, e; b) a integração regional. Se o tecido empresarial moçambicano não dispuser de empresários qualificados, as empresas estrangeiras negociarão com quem e com que finalidade? O movimento de privatização das empresas e de desintervenção do Estado vai fazer com que as empresas trans-nacionais erráticas, em regra alheias a lógicas territoriais e de pertença cultural ou nacional, controlem a maioria das empresas do país em virtude de deterem capital e conhecimento. Outro aspecto importante é o alastramento do sector informal que releva basicamente da sociedade civil. Em Moçambique, sobretudo nas cidades, este sector favoreceu o surgimento de “empresários dinâmicos e criativos” e demonstrou as capacidades humanas do país. O aproveitamento das capacidades empresariais nacionais vai depender de uma reforma profunda da administração e do Estado, segundo o já popularizado critério da “*good governance*”¹⁹.

No actual estágio de desenvolvimento sócio-económico do país a instituição-escola deve inculcar nos futuros empreendedores a motivação para o sucesso, para o aperfeiçoamento permanente dos desempenhos, colocando-os a resolver problemas que apresentem um desafio para as suas próprias capacidades e para o desenvolvimento local. Mas é importante referir que a actividade educativa não passa exclusivamente pela instituição escolar, mas se insere igualmente no âmbito da socialização e aculturação, onde os valores da comunidade, da família e da religião assumem uma importância de relevo na construção da personalidade empreendedora. Portanto, é vital que os currículos escolares contenham conteúdos e métodos que propiciam aos estudantes o fomento do espírito empreendedor e uma orientação clara para a resolução de problemas que se fazem sentir no meio envolvente da instituição de ensino. Isso vai exigir, sem dúvida, uma alteração de vulto nas actuais práticas em voga nas instituições de ensino.

Moçambique é um país que estava e, de alguma forma, continua mal apetrechado para o desenvolvimento do espírito empreendedor. O poder colonial praticamente não deu atenção à educação e capacitação da população para o incremento de iniciativas económicas autónomas

¹⁹ Sobre o assunto, recomendamos a leitura de Frischtak, 1994.

visando a obtenção do lucro. O sistema colonial português “formatou” os potenciais empreendedores para realizarem actividades tais que permitissem a acumulação de capitais para o Estado e a burguesia coloniais. Depois da independência, o novo governo optou por um sistema (Estado) monopartidário centralizado, pelo qual os indivíduos e as famílias tinham pouco espaço de actuação no sentido de busca de progresso sócio-económico e bem-estar através da implementação de ideias viáveis de negócio que gerassem lucros às empresas familiares. A partir de 1987, com o advento do Programa de Reabilitação Económica (PRE), é que gradualmente foi libertada a iniciativa criadora e o empreendedorismo dos moçambicanos (Valá, 2002). A pergunta que urge colocar é: que esperar do desenvolvimento do espírito empreendedor se apenas em 1990 a Constituição da República deu sinais explícitos no sentido da promoção da liberdade económica dos indivíduos e preservação da propriedade privada, mas que só foram ampla e territorialmente extendidos pelo país depois de 1994 ?

A Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR), aprovada recentemente pelo Governo, parte do pressuposto de que embora o governo deva dinamizar e facilitar o progresso sócio-económico, as pessoas são os actores fundamentais. Moçambique já possui um pequeno número de empreendedores que procuram oportunidades, correm riscos e respondem aos incentivos do mercado. No entanto, isso não é suficiente para enfrentar os desafios a longo prazo do emprego produtivo e do crescimento económico. É também vital um ambiente empresarial saudável- que permita o planeamento para o futuro, que recompense as realizações e incentive os empresários a investir neles próprios e nas suas empresas. São necessários sistemas financeiros e de informação que proporcionem o acesso aos recursos, infraestruturas que apoiem os vínculos entre os diversos sectores da economia e instituições que promovam o desenvolvimento pleno dos recursos humanos (MPD, 2007).

É forçoso insistir na criação de condições para formar e apoiar uma numerosa classe de empresários moçambicanos, o que passa por uma intensa formação técnico-profissional dos recursos humanos, pela reforma dos sistemas de crédito às empresas e por incentivos à constituição de *joint-ventures* entre as empresas moçambicanas e as estrangeiras. Em nenhum quadrante do mundo se consolidou um processo de desenvolvimento nacional sem a existência de um tecido empresarial próprio (Torres, 1997). O Japão é um exemplo paradigmático do que se acabou de referir.

Em muitos Distritos do país a presença de empresários, na verdadeira acepção da palavra, constitue ainda um grande desafio. Mas é vital que o sector empresarial não esteja apenas concentrado na capital do país e das províncias. Um empresariado forte com inserção rural é uma exigência no actual quadro de desenvolvimento sócio-económico do país. Encaro positivamente a visão dos países que não tendo um forte sector privado, o que é nefasto para uma economia de mercado, apostam em **políticas de “acção afirmativa”** visando a promoção dum vigoroso tecido empresarial nacional. Nós podemos aprender com a experiência de outros países, como a da “nossa vizinha África do Sul no período pós-Apartheid”. O que é necessário é que a prática e as acções concretas nesse sentido acompanhem as boas intenções e os discursos. Acho uma aberração que regiões como Chókwè, Montepuez, Cuamba, Maxixe, Ribaué, Monapo, Angónia, Mocuba, Cahora-Bassa, Marromeu, Luabo, Moatize, Chibuto, Sussundenga, Massinga, Búzi, Gurué, Boane, Moamba, Chiúre e Angoche, para citar apenas alguns territórios deste “imenso país de múltiplas maravilhas”, possuam populações que num raio de 80 Km convivam com a pobreza. Nesses e noutros Distritos do país existem recursos naturais disponíveis, pessoas

treinadas para desenvolver actividades económicas e disponibilidade de infraestruturas sócio-económicas. O que falta então para que essas regiões sejam os *pólos catalizadores de desenvolvimento territorial*?

A estrutura, dinâmica e o funcionamento do sistema financeiro em Moçambique é deficiente. Não existem dúvidas sobre esse facto que é reconhecido por instituições de promoção de desenvolvimento, por agentes económicos e por diversos segmentos da sociedade. A reduzida cobertura territorial do país pelos serviços e produtos financeiros tem sido uma preocupação permanente das autoridades financeiras moçambicanas pela importância da intermediação financeira no processo de crescimento e desenvolvimento económico. Num contexto de maior abertura a operadores privados- que buscam o lucro- persiste uma situação concreta de concentração das instituições financeiras nas principais cidades do país.

A Tabela 1, que a seguir se apresenta, fornece um quadro da rede de serviços bancários em Moçambique, cujos indicadores mais salientes são:

- i) Dos 128 distritos do país, apenas 28 (21,9% do total) é que possuem agências. Os restantes 100 distritos, sem nenhuma representação bancária, abrangem 78,5% da superfície do território nacional;
- ii) As três principais cidades, nomeadamente Maputo, Beira e Nampula possuem 132 agências (cerca de 57,89% do total), das quais 103 (cerca de 78%) estão situados na cidade de Maputo.

Esse dois indicadores ilustram de forma inequívoca que o acesso aos serviços financeiros é um privilégio dos grupos sociais que residem nos centros urbanos, enquanto que a maioria dos empreendedores que vivem no campo não dispõem de oportunidades similares de acesso aos serviços financeiros.

Tabela 1: Distribuição de Agências Bancárias por Província

Províncias	Nº de Agências	Percentagem
Cidade de Maputo	103	45,18%
Prov. de Maputo	18	7,89%
Gaza	14	6,14%
Inhambane	13	5,70%
Sofala	22	9,65%
Manica	12	5,26%
Tete	8	3,51%
Zambézia	10	4,39%
Nampula	17	7,46%
Cabo Delgado	7	3,07%
Niassa	4	1,75%
Total	228	100,00%

FONTE: BdM, Departamento de Supervisão Bancária, Dezembro de 2006

Segundo o Banco de Moçambique (2007: 5), no seu documento “Bancarização da Economia: Extensão dos Serviços Financeiros às Zonas Rurais”,

A importância dos serviços financeiros na dinamização da actividade económica é inquestionável. A promoção de hábitos de poupança tem o potencial de aumentar o volume de recursos disponíveis para o investimento, com impacto no aumento da actividade económica, geração de emprego, valor acrescentado, e bem-estar económico e social.

O Programa Quinquenal do Governo (PQG), 2005-2009, reconhece que um dos principais vectores para o combate à pobreza é o crescimento económico sustentável²⁰. Para que a economia seja mais dinâmica é fundamental que funcione um sistema financeiro forte, sólido, social e territorialmente abrangente (República de Moçambique, 2005: 107-112). Quer o PQG, quer ainda o PARPA II e a Agenda 2025 (Visão e Estratégias da Nação) enfatizam que o incremento da economia rural vai exigir o aumento do grau de monetarização da economia nacional e a existência de serviços financeiros para responder às necessidades do crescimento do sector privado nacional (Comité de Conselheiros, 2003: 147-148 & República de Moçambique, 2006: 69-70).

A 11 de Setembro de 2007, o Governo de Moçambique aprovou a Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR). Ele reconhece que Moçambique tem um longo e difícil percurso

²⁰ A extensão dos serviços financeiros para os locais onde estes são escassos, ou inexistentes, constitui uma das prioridades do Programa do Governo e é consistente com o objectivo de fazer dos Distritos pólos de desenvolvimento rural.

a trilhar na senda da competitividade. Na verdade, a economia moçambicana só passará a ser competitiva, a nível africano e do mundo, quando possuir empresas competitivas, tanto a nível urbano como nas zonas rurais. É um dado adquirido que nem todo o crescimento económico nacional elevado é pro-rural ou favorável e desejável para o desenvolvimento do meio rural. Do ponto de vista de coesão social e territorial, mesmo sabendo que a assimetria urbano-rural irá manter-se, é indispensável conseguir pelo menos a sua diminuição progressiva. Os objectivos estratégicos do desenvolvimento rural entre 2007 e 2025 são: i) competitividade, produtividade e acumulação de riqueza; ii) gestão produtiva e sustentável dos recursos naturais e do ambiente; iii) diversificação e eficiência do capital social, de infraestruturas e institucional; iv) expansão do capital humano, inovação e tecnologia, e; v) boa governação e planeamento para o mercado (MPD, 2007: 22).

Os eixos fundamentais de intervenção da EDR estão assentes na melhoria da gestão dos recursos naturais e do ambiente, na produção, disseminação e uso de tecnologias de produção mais rentáveis e sustentáveis, na melhoria dos mecanismos de funcionamento dos mercados e da informação económica, na expansão territorial e social dos serviços financeiros rurais, na expansão de infraestruturas produtivas e sociais que atraem investimentos para o campo e no desenvolvimento do capital humano e social. Esses eixos de implementação serão operacionalizados por programas e projectos já existentes, e reorientados para atingirem os objectivos do Governo nas áreas de gestão rentável e sustentável dos recursos naturais, (MICOA, MINAG, MITUR, M. Pescas, e MPD), finanças rurais (MPD, MF e BdM), mercados e agro-indústrias (MIC, MPD, MINAG e MOPH) investigação-extensão e comunicação para o desenvolvimento rural (MINAG, MCT, MPD, GABINFO/ICS, instituições de pesquisa e meios de comunicação social), educação técnico-profissional e vocacional (MEC, MJD, MCT, MPD, MMAS, MITRAB, instituições de formação), fortalecimentos das instituições locais (MAE, MPD, MF) e expansão de infraestruturas sócio-económicas que atraem investimentos para o campo (MOPH, MPD, MF e MAE). A grande inovação é que essas iniciativas deverão ser enquadradas dentro duma perspectiva holística e integrada, com base nos pressupostos da descentralização (MPD, 2007: 70-71). Ou seja, os serviços financeiros rurais são um dos factores catalizador para o desenvolvimento rural mas não são os únicos nem, provavelmente, os mais determinantes. É importante que a abordagem de implementação seja territorialmente sensível e que as instituições locais (públicas, privadas, civis e comunitárias) assumam o protagonismo²¹.

Em Julho de 2005, o Banco de Moçambique (BdM) solicitou aos Bancos Comerciais que respondessem à um inquérito sobre os principais constrangimentos que se colocam à extensão dos serviços financeiros para as zonas rurais. As respostas convergiram para os seguintes pontos: a) ausência de infraestruturas (com destaque para estradas, rede de telecomunicações e electricidade); b) elevados custos operacionais e de investimento necessários para a instalação e operação de balcões; c) custos decorrentes da política monetária, dado o regime e coeficiente de reserva obrigatória em vigor; d) economia rural de dimensão reduzida; e) falta de sucursais do BdM, e; f) mão-de-obra local sem o perfil exigido (Banco de Moçambique, 2007: 9).

Durante o III Conselho Coordenador do MPD, realizado no Distrito de Mueda, Província de Cabo Delgado, foi apreciado o documento intitulado “Melhoria do Ambiente de Negócios nos Distritos”, preparado pelo Centro de Promoção de Investimentos (CPI). O documento arrola os

²¹ Para mais informações sobre o assunto vide Valá, 2006: 199-2007 & Valá, 2003: 143.

principais constrangimentos identificados pelo sector privado a implementação de investimentos em Moçambique, sendo de destacar o acesso ao crédito. O retrocitado documento aponta que,

O acesso ao crédito tem-se caracterizado por muitas dificuldades devido a factores como elevados custos de juros, exigências de garantias ou colaterais, e a insuficiência em quantidade e qualidade dos serviços financeiros no país em geral, e nos distritos em particular. Como consequência desta situação, o empresário moçambicano tende a realizar os seus investimentos com recurso a fundos próprios e empréstimos de amigos ou familiares, facto que reduz as suas oportunidades de crescimento e sucesso. (CPI, 2007: 4).

Durante as discussões foi referido que para melhorar o ambiente de negócios no domínio do acesso ao crédito é fundamental que: i) o BdM promova instituições financeiras para a concessão de empréstimos de longo prazo; ii) se incentive a emissão de títulos, obrigações, acções e outros produtos financeiros que possam fornecer instrumentos de dívida de longo prazo, fora do sistema bancário comercial, e; iii) que se realizem estudos sobre como orientar os variados fundos de doadores e fundos de fomento públicos²² para o financiamento das empresas e desenvolvimento integrado do sector privado.

Um dos vectores importantes para a extensão dos serviços financeiros para as zonas rurais tem sido o incentivo às microfinanças, dado a seu papel fulcral no desenvolvimento da intermediação financeira e tendo em conta que as actuais condições nas zonas rurais as tornam menos apetecíveis para os bancos convencionais se instalarem. A dimensão reduzida das economias aconselha que nas fases mais incipientes de desenvolvimento económico, a actividade financeira seja desenvolvida por instituições microfinanceiras, que não requerem grandes investimentos em infraestruturas físicas, de segurança, de tecnologias, de conhecimentos humanos especializados, entre outros, para o seu funcionamento, mas que possuem capacidade e condições para contribuir para o aumento da actividade económica, geração de rendimentos e emprego, captação da poupança e, em última instância, o desenvolvimento económico. O processo de crescimento económico leva ao aumento da escala do negócio, da dimensão das instituições microfinanceiras, diversificando os produtos e os serviços financeiros.

O microcrédito foi inventado há mais de 30 anos pelo Professor Muhammad Yunus, o vencedor do Prémio Nobel da Paz de 2006. Consiste em conceder empréstimos de valor reduzido a pessoas que não têm fiadores ou bens para apresentar como garantia e que, como tal, não têm acesso ao crédito da banca comercial. Existem três características principais que distinguem o microcrédito da longa lista de iniciativas falhadas de combate à pobreza. A primeira característica é a existência de pagamentos regulares que se iniciam imediatamente, assim que o empréstimo é concedido. A segunda é a responsabilidade do grupo, ou seja, o empréstimo é feito

²² Importa referir que nos dias 21 e 22 de Junho de 2007, realizou-se na Barragem dos Pequenos Libombos uma Reunião sobre os Fundos de Fomento e o seu Papel e Impacto no Desenvolvimento Rural. A reunião foi dirigida por S.Exa. o Ministro da Planificação e Desenvolvimento e tomaram parte os Presidentes dos Conselhos de Administração e os Directores Executivos de todos os Fundos de Fomento Públicos. Participaram, também, quadros séniores do MPD, do Ministério das Finanças, do MAE e da Autoridade Nacional da Função Pública (ANFP). Durante a reunião foi passado em revista as acções em curso, os principais constrangimentos, as perspectivas e foi formulado um plano de acção com vista a ampliar o impacto dos FF no desenvolvimento dos Distritos. Para mais informação vide DNPDR/MPD, 2007.

a um grupo que tem de garantir que os empréstimos feitos a todos os elementos do grupo são pagos pois se alguns empréstimos não são pagos então o grupo inteiro é penalizado. Por último, cada empréstimo, se pago a tempo, traz associada a promessa de novos e maiores empréstimos. Existem em Moçambique experiência de concessão de microcrédito aos pobres economicamente activos e à outros grupos sociais de baixa renda em Tete, Manica, Gaza, Maputo e Cabo Delgado. O Governo de Moçambique, através do MPD, MF e BdM está implementando um Projecto de Crédito Descentralizado para o Sector Familiar que tem o apoio da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), e que está a experimentar, com sucesso, a implantação de Caixas Comunitárias de Poupança e Crédito Auto-Geridas.

Um dos problemas dos sistemas de apoio social como rendimento garantido ou doações intermitentes é que não criam incentivos ao investimento nem à poupança. Como não existe a responsabilidade de devolver o montante concedido, esse é gasto em bens de consumo em vez de ser aplicado em bens de investimento. Pelo contrário, os pagamentos regulares obrigatórios do microcrédito obrigam os devedores a realizar investimentos em actividades geradoras de valor e a desenvolver hábitos de poupança. Outro aspecto interessante do microcrédito é que cerca de 90% dos clientes serem mulheres. As instituições que concedem esse tipo de crédito descobriram que as mulheres, numa forma geral, gerem melhor os seus negócios que os homens e resistem melhor à tentação de gastar o dinheiro fora dos projectos.

As microfinanças constituem um importante sistema de intermediação financeira apropriado ao Desenvolvimento Económico Local (DEL), baseado em actividades de micro, pequena e média escalas, financiando empreendimentos geradores de emprego (e auto-emprego) e de rendimentos, que devido à sua natureza (reduzida dimensão, deficiente sistema de registo contabilístico e precariedade de garantias) encontram-se praticamente vedadas em aceder à banca convencional. As instituições microfinanceiras estão dotadas de uma tecnologia e lógicas de funcionamento adequadas para lidar com clientes de baixa renda e sem garantias reais exigidas pela banca clássica.

O cenário apresentado na tabela 2 retrata uma situação em que a cidade e Província de Maputo acolhem a maior parte das instituições de microfinanças. Isso mostra que a expansão dos serviços financeiros para as zonas rurais vai depender fundamentalmente da intervenção do Governo no sentido de reduzir o hiato entre o campo e a cidade no que concerne ao acesso aos serviços financeiros. As instituições financeiras que existem e funcionam nos distritos foram promovidas fundamentalmente por projectos de desenvolvimento ou ONG que intervêm no domínio das microfinanças e não por instituições financeiras convencionais cuja lógica é de busca de lucro.

Tabela 2: Distribuição de Operadores de Microfinanças

Província	Agências Cooperativas	Operadores de Microcrédito	Total	Peso (%)
Maputo Cidade	6	33	39	58,93
Maputo	3	10	13	17,90
Província	1	1	2	1,79
Gaza	0	0	0	0,00
Inhambane	0	0	0	0,00
Sofala	0	1	1	1,79
Manica	1	0	1	0,00
Tete	0	0	0	0,00
Zambézia	0	1	1	1,79
Nampula	0	10	10	17,86
Cabo Delgado	0	0	0	0,00
Niassa				
Total	11	56	67	100,00

FONTE: BdM, Departamento de Supervisão Bancária, Dezembro de 2006

A Resolução n° 3/98, que aprovou as Linhas Gerais para o Desenvolvimento Rural e os Mecanismos de Coordenação Intersectorial, previa que até 2005²³ fossem assistidos 100.000 clientes de baixa renda em Moçambique (Vletter, 2006: vi)²⁴. Essa cifra foi atingida em Maio de 2005 e há registos que mostram que em Dezembro de 2005 existiam cerca de 104.000 clientes de baixa renda a serem assistidos por cerca de 32 operadores financeiros (Vletter, 2006: 1).

Desde 1997 que se vem registando melhorias no domínio das microfinanças. Os estudos do Sector das Microfinanças em Moçambique, realizados em 1998 e em 2001, mostram que houve uma etapa exploratória inicial, onde foram preparadas as condições para o “take of”. A segunda fase foi marcada pelo surgimento de Instituições Micro-Financeiras (IMF’s) em Moçambique a adoptar padrões de desempenho reconhecidos, que tivessem atingido uma escala considerável de operações e um alto grau de viabilidade financeira. A terceira etapa caracteriza-se pela extensão dos serviços a um número cada vez maior de clientes e a cobertura geográfica é cada vez maior, apesar das áreas rurais continuarem a não ser suficientemente abrangidas (Chidzero et al, 1998: 55 & ICC, 2001: 45).

²³ A Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou o Ano 2005 como o Ano Internacional do Microcrédito por forma a tratar das restrições que excluem as pessoas da plena participação no sector financeiro. Na ocasião, o então Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, recomendou que se quisermos alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milénio, é necessário que seja feito um uso mais eficaz de instrumentos como as microfinanças. Ele enfatizou que as microfinanças não se tratam de uma obra de caridade, mas sim de uma forma de estender os mesmos direitos e serviços disponíveis à outros, aos agregados familiares de baixa renda. Para mais informações consulte ONU, 2006: iv.

²⁴ Em 1997, na Cimeira Mundial de Microcrédito em Washington DC, o antigo Primeiro-Ministro de Moçambique, Dr. Pascoal Mocumbi, anunciou que Moçambique fixou a sua própria meta de atingir 100.000 clientes de microfinanças até 2005. Há dados que apontam que em 1997 haviam apenas cerca de 20.000 clientes de microfinanças em Moçambique. O PARPA II propõe-se a atingir 175.000 clientes de baixa renda até ao ano 2009 (Cf. DNPDR, 2007: 18).

As autoridades governamentais têm desenvolvido diversas medidas para estimular o desenvolvimento do sector financeiro, com destaque para:

- Instalação de Agências do BdM: além das filiais de Beira e Nampula, foram abertas agências em Quelimane, Maxixe, Pemba, Tete e Lichinga;
- O investimento público para reabilitar, modernizar e expandir a rede de infraestruturas, nomeadamente nos domínios das estradas, telecomunicações e energia;
- A alocação aos Distritos de meios financeiros para a implementação de empreendimentos de iniciativa local, aliado a afectação de quadros qualificados para viverem e trabalharem nos Distritos;
- A Lei da Descentralização das Finanças e Património das Autarquias;
- A implementação do programa de Apoio às Finanças Rurais (PAFR), lançado em Setembro de 2005, com a missão de incentivar a expansão das instituições financeiras para as zonas rurais;
- A preparação da Campanha Nacional de Promoção da Poupança, para estimular hábitos e práticas sistemáticas de poupança que possam ser usadas como alternativa de recursos para o financiamento de actividades económicas desenvolvidas no campo, e;
- Medidas de âmbito legal e regulamentar, onde se destaca a Lei nº 09/2005 (de 21 de Julho), o Decreto nº 56/2004 (de 10 de Dezembro), o Decreto nº 57/2004 (de 10 de Dezembro) e o Aviso nº 4/2005 (de 21 de Maio).

O que se está buscando é a edificação dum sistema financeiro vigoroso, que seja funcional e abrangente sob ponto de vista territorial e social. Construir um sistema financeiro que possa financiar os empreendedores de micro, pequena, média e grande dimensão é um desafio complexo. Por outro lado, e sem menor importância é vital montar e colocar em funcionamento um subsistema de “finanças de proximidade”²⁵ voltado fundamentalmente para as iniciativas promissoras e que hoje escapam ao âmbito de acção do sistema bancário clássico. Na montagem do sistema financeiro e do sub-sistema de finanças rurais é fundamental ter em linha de conta que o sistema financeiro (e sub-sistema) de “per se” não é um fim, mas um meio para o alcance do progresso, bem-estar e desenvolvimento das condições de vida dos agregados familiares. Ou seja, o empreendedorismo tende a ser mais forte onde o tecido económico e social é mais denso: a existência de instituições financeiras, a diversificação económica, a presença de uma gama variada de serviços públicos contribuem para reforçar as redes que vão estimular as iniciativas empresariais.

Sobre o assunto referido anteriormente, gostaria de citar o Prof. Muhammad Yunus, na sua obra “O Banqueiro dos Pobres” (Yunus, 2007: 367) que explicita claramente a minha visão sobre o assunto:

Ao ensinar economia aprendi o que era o dinheiro. E agora, como dirigente de um banco, empresto dinheiro, e o êxito da nossa acção reside na quantidade de notas que os

²⁵ Essa preocupação não é apenas de países pobres como Moçambique. Durante o Governo de Bill Clinton, que havia pedido assessoria de Mohammad Yunus quando Governador do Arkansas, foi criada uma rede de bancos voltados especificamente a populações deixadas de lado pelas instituições bancárias tradicionais.

nossos membros, outrora famintos, têm nas mãos. Mas ironicamente, o movimento do microcrédito que é construído em redor, pelo e com dinheiro, não tem no seu âmago, na sua raiz mais profunda, nada a ver com dinheiro. Tem a ver com ajudar as pessoas a realizarem totalmente os seus potenciais. Não tem a ver com capital financeiro, mas com capital humano. O dinheiro é uma mera ferramenta que ajuda à realização do sonhos, que ajuda as pessoas mais pobres e mais desafortunadas a ganhar dignidade, respeito e um sentido para as suas vidas.

[...]. Atribuímos empréstimos para ajudar os mais pobres a ganharem dignidade humana, mas a dignidade, felicidade pessoal, auto-realização, sentido de vida, são coisas que as pessoas criam para si mesmas, pelo seu próprio trabalho, pelos seus próprios sonhos, pela sua vontade e trabalho árduo. A nós, cabe-nos remover as barreiras estruturais que, durante muito tempo, mantiveram as pessoas mais pobres fora do contexto humano.

O grande desafio para o futuro é dar uma orientação estratégica às múltiplas iniciativas dispersas que visam financiar os empreendedores moçambicanos, em particular os que investem nas zonas rurais. Acções implementadas de forma "ad hoc", sem uma visão clara e uma coordenação de esforços estão trazendo impactos reduzidos junto aos beneficiários / clientes. Como harmonizar as actividades levadas a cabo pela Banca Comercial, pelos Fundos de Fomento Públicos, pelos projectos de desenvolvimento com componente de crédito, pelos cantineiros rurais, pelo Fundo de Investimento de Iniciativa Local (FIL), pelas IMF's, pelas caixas locais de poupança e crédito, entre outras iniciativas? É preciso ter em conta, como bem refere António Souto²⁶ (PCA da GAPI SARL), que

o problema de promoção do empreendedorismo no campo deve ser visto numa perspectiva de expansão da oferta de serviços financeiros, mas com igual importância é preciso dar atenção a melhoria da qualidade da procura dos serviços financeiros. Só a conjugação desses dois eixos complementares podem ampliar a bancabilidade dos agentes económicos rurais. Os agentes económicos rurais (micro, PME's) não necessitam exclusivamente de crédito, mas igualmente de assistência técnica para gestão, serviços de desenvolvimento de negócios, mercados, etc. É por isso que a GAPI está já em processo de transformação para se tornar numa sociedade de investimento.

No quadro duma economia de mercado, muitas acções foram levadas a cabo desde a viragem da década de 1980. As acções realizadas são positivas e encorajadoras, mas o caminho a percorrer no futuro é sinuoso. Exige uma visão clara e partilhada sobre o caminho a trilhar, estratégias de curto, médio e longo prazos, instituições capacitadas e uma liderança forte e comprometida. É necessário que se tenha um conhecimento claro da situação actual do sector, os pontos fortes, os constrangimentos, as tendências mais marcantes e a identificação de áreas de intervenção prioritárias e que comportem efeitos multiplicadores. De forma tentativa, colocamos como proposta para discussão a existência duma instituição vocacionada para promover, coordenar e

²⁶ Conversa com António Souto, Maputo, 20 de Agosto de 2007.

monitorar os esforços de financiamento ao desenvolvimento rural. Essa instituição²⁷ teria o mandato de reflectir permanentemente sobre o assunto, propor políticas e estratégias, realizar estudos, proceder a monitoria do sector e apoiar o desenvolvimento de instituições locais de financiamento ao desenvolvimento.

IV. FORTALECER INSTITUIÇÕES²⁸ PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DOS DISTRITOS

Alexis de Tocqueville dizia que, no mundo civilizado, a igualdade e a liberdade tendem a ser crescentemente desejadas. No entanto, acrescentava: “o amor pela igualdade é maior do que o amor pela liberdade”. Como reduzir a desigualdade quando todos os homens querem o máximo de liberdade? O próprio Tocqueville resolveu esse paradoxo, ou seja, para que a liberdade floresça sem comprometer a igualdade, dizia ele, é preciso impedir que o poder se concentre nas mãos de poucos. Para tal, as sociedades humanas têm de criar regras impessoais e que se apliquem a todos os cidadãos. Esse é o papel das instituições. Na ausência de regras que garantam o direito à propriedade, por exemplo, os seres humanos teriam de defender esse direito caso a caso, o que, além de oneroso, tumultuaria as transações, os investimentos, o desenvolvimento económico e o progresso social.

Na linguagem de institucionalistas da actualidade- como Douglass North²⁹ (1990)- as instituições garantem regras que reduzem os custos de transação. A liberdade, a igualdade e a democracia³⁰ só sobrevivem com base no poder controlado. A função principal das instituições é ajustar os limites da igualdade aos limites da liberdade. Liberdade e igualdade são preservadas como bens comuns na razão directa da eficiência das instituições. As instituições são importantes tanto para o ritmo como para a estrutura do desenvolvimento económico. Isto significa que as regras, normas e os meios de coacção, têm uma posição de liderança no desempenho da

²⁷ Não tem de ser uma nova instituição a ser criada, mas pode ser o reforço de instituições já existentes para ter uma acção voltada exclusivamente para o financiamento ao desenvolvimento. Esse papel poderia ser realizado por via de “outsourcing” (terciarização) duma instituição de pesquisa.

²⁸ Sobre este assunto, recomendamos a leitura da obra de North (1990). O autor aborda o papel das instituições e da mudança institucional na melhoria do desempenho económico.

²⁹ Os neo-institucionalista têm as instituições como regras de jogo numa sociedade. As regras com maior significado económico são aquelas que limitam as relações de comportamento entre indivíduos ou grupo de indivíduos, em particular, o quadro institucional para uma alocação eficiente de direitos de propriedade e a minimização de custos de transação e informação. Para mais informação vide Negrão, 2001: 38-39.

³⁰ A virtude da democracia é a tolerância. A tolerância, entretanto, está longe de ser uma virtude natural. Ela é construída através de instituições capazes de recolher os descontentamentos e harmonizar soluções. Ocorre que muitas vezes, as instituições não conseguem garantir uma transação equilibrada entre liberdade e igualdade. Nessas sociedades, a tarefa maior não é promover eleições para escolher os novos governantes, mas, sim, o de fazê-los governar sob o controle de instituições eficientes.

economia³¹. Existe consenso de que as instituições desempenham um papel importante no desenvolvimento rural, onde a produção é altamente condicionada pelo quadro institucional para o uso da terra, do trabalho e outros insumos-chave³².

O comportamento dos diferentes agentes económicos e sociais é influenciado pelas instituições, entendendo-se estas como o conjunto de regras, normas e costumes, formais e informais, que governam as relações entre os indivíduos e os grupos sociais, e definem os direitos e fazem cumprir os deveres no relacionamento entre as pessoas³³. Quanto maior é a legitimidade e a maleabilidade das instituições, maior é a equidade na distribuição dos rendimentos e menor são os custos de transacção, entendendo-se por estes os relacionados com a informação, a negociação e a monitorização da implementação das decisões das unidades produtivas (Osman, 2003 & Negrão, 2003).

A família e o casamento são as instituições mais antigas e constituem o exemplo de instituições cuja lógica e dinâmica difere de país para país ou mesmo dentro de um mesmo país, consoante as regras consuetudinárias. Como acontece também em outros países, a corrupção se erigiu em instituição passando a regra, não escrita, mas determinante no comportamento das pessoas e organizações. A corrupção assumiu-se como um custo de transacção dos negócios e do funcionamento dos diferentes sectores económicos e sociais do país, afungentando o investimento ou subvertendo e reduzindo o seu impacto, chegando mesmo a inviabilizar as actividades dos agentes económicos³⁴. Osman (2003), identifica outras instituições que estão presentes, porém de forma positiva, em todos os processos de desenvolvimento económico bem sucedidos, a saber: i) a liberdade económica³⁵; ii) incentivos e meritocracia³⁶; iii) mercado e concorrência, e; iv) o direito de propriedade e a mercantilização da terra.

O Estado é uma das instituições exógenas à sociedade de maior destaque, actuando “de fora para dentro” ao transportar e impor custos de transacção elevados. Isso acontece porque o Estado não regula as formas de negociação, participa nos processos em condições de monopólio, alimenta a burocracia, é permissível à corrupção e é apático em relação às dinâmicas de mercado. Em virtude da debilidade e reconfiguração das instituições endógenas e do erosão do papel do Estado

³¹ A criação de um contexto económico que fomente o crescimento e a expansão de empresas eficientes requer a redefinição do papel e das funções do Estado, da sociedade civil, do sector privado e das organizações regionais, dada a importância das reformas institucionais (De Abreu, 2005: 7).

³² O processo de desenvolvimento resulta de mudanças muito mais profundas do que a simples melhoria da produção e da produtividade. Ele implica mudar ideias, atitudes e, sobretudo, condutas. Honestidade, confiança, respeito e outros valores sociais são importantes quando partilhados por todos. São bens públicos.

³³ As instituições estabelecem-se ao longo do tempo e evoluem gradualmente, muitas vezes de forma imperceptível, excepto em períodos revolucionários, quando a mudança se processa brusca ou mesmo violentamente, apesar de alguns novos valores instalados não serem, depois, sustentáveis.

³⁴ Para mais informações sobre a temática vide Ética Moçambique (2001).

³⁵ Amartya Sen considera a liberdade económica como uma das instituições mais importantes para o alívio da pobreza numa economia de mercado.

³⁶ Em alguns países asiáticos, como no Japão, Coreia do Sul e mesmo Índia, o mérito é estimulado, obrigando-se a enormes sacrifícios os jovens e respectivas famílias para conseguirem lugar nas melhores universidades. A sociedade e o próprio sistema económico valoriza os indivíduos de reconhecido mérito em diversas áreas técnico-profissionais, na cultura, desporto, artes e letras, inovação, criatividade, etc. Infelizmente em Moçambique, durante um determinado período, houve uma certa aversão às elites e ao individualismo, sendo a ambição denegrada e raramente aceite como factor positivo, até na política. Mas na ausência de elites baseadas no mérito, surgirão outras baseadas em outros critérios (servilismo, clientelismo, corrupção, etc). Para mais informação vide Osman (2003).

como promotor do desenvolvimento rural, as instituições transversais (da sociedade civil) vão ocupando os espaços vazios, sobretudo na dimensão social e económica, e influenciam a configuração do cenário institucional actual marcado pelo redesenho das áreas de actuação e de influência das várias instituições que se fazem sentir ao nível local.

É vital a tomada de medidas coerentes e decisivas por forma a criar o ambiente adequado ao florescimento de instituições rurais vigorosas e visionárias, concedendo estímulos adequados e prémios aos empreendedores de créditos firmados, bem como reprimir de forma exemplar as acções negativas, a corrupção e todas as actuações que bloqueiam o desenvolvimento do empresariado nos Distritos.

Uma das características marcantes da sociedade e economia moçambicanas é a fraqueza da capacidade institucional, humana e tecnológica. Estratégias de desenvolvimento demasiadamente centralizadas e intervencionistas falharam por incapacidade de implementação e pelo facto do Homem e das Comunidades terem tido pouco espaço para conduzir, de forma autónoma, os seus destinos. O desenvolvimento de associações e cooperativas de produtores rurais poderá permitir aumentar o seu poder de negociação, a sua capacidade de absorção de investimentos e projectos e a escala e a eficiência da sua actividade em relação ao actual estágio da produção familiar (Castel-Branco, 1995 & Ferrinho, 1978).

A fraqueza das instituições é uma das razões principais para a baixa capacidade de absorção do investimento do sector rural, implementação inefectiva das políticas de desenvolvimento e incremento de tendências não pretendidas e indesejáveis sem actuação oportuna. Na óptica de Carrilho et al (1990), as principais deficiências institucionais estão relacionadas com: i) falta de comunicação inter e intra níveis da estrutura; ii) ineficiência funcional derivada da insuficiente demarcação de tarefas; iii) falta de pessoal principalmente em termos de qualificação e experiência; iv) insuficiência generalizada de sistemas de informação estatística e de capacidade de análise de informação e de políticas, e; v) rotinas administrativas complicadas e burocratizadas.

A pesquisa orientada para a evolução histórica e institucional da moderna economia de mercado demonstra que o Estado teve um papel decisivo na criação das próprias instituições de mercado³⁷. Contrariamente à noção convencional de que as corporações se desenvolveram automaticamente no Ocidente porque concorriam com mais eficiência no mercado, os governos as criaram para que fizessem coisas que o empresário racional não faria porque eram demasiado arriscadas, excessivamente caras, pouco lucrativas ou exageradamente públicas, ou seja, para realizar tarefas que não seriam realizadas se dependessem do funcionamento eficiente do mercado. O Estado não se limitou a definir o que era uma corporação e quais eram os seus direitos, habilitações e responsabilidades, mas igualmente as estabeleceu e capitalizou activamente (Cui, 2002: 257-258).

³⁷ Um ambiente institucional e legal é uma exigência do desenvolvimento territorial e descentralizado em Moçambique. Reformas institucionais, flexibilidade na planificação e financiamento, formação do pessoal e das comunidades e um ambiente macroeconómico e político favorável são ingredientes fundamentais para o desenvolvimento rural.

As sociedades saudáveis contam com uma série de instituições que tornam menos prováveis os grandes conflitos sociais³⁸ e as falhas colossais de coordenação. O império da lei, um judiciário de alta qualidade, as instituições políticas representativas, as eleições livres, os sindicatos independentes, as parcerias sociais, a representação institucionalizada dos grupos minoritários e a previdência social são exemplos de tais instituições. O que faz com que esses arranjos funcionem como instituições de administração de conflitos é o facto de impor uma dupla “tecnologia de compromisso”: a garantia de que os “vencedores” e os “perdedores” tem ambos espaço para contribuir construtivamente para o desenvolvimento da Nação. Ou seja, existe uma tendência para aumentar os incentivos dos grupos a cooperar, reduzindo a vantagem das estratégias socialmente não-cooperativas.

As instituições de apoio ao desenvolvimento rural sempre foram frágeis em Moçambique, particularmente as vocacionadas para o apoio ao sector familiar. A investigação sempre esteve virada para o sector comercial e para as culturas destinadas ao comércio externo. As culturas alimentares pouca atenção receberam e mesmo esta nunca foi sistemática. Os serviços de extensão rural só foram institucionalizados a partir de 1988, portanto depois da independência nacional. Anteriormente fez-se alguma extensão em relação ao algodão e alguns cereais e leguminosas. Contudo, estas acções não eram coordenadas com os serviços de investigação e não constituíam por si um acto de aumento de produção mas sim de aumento dos produtos a comercializar.

A evidência de um frágil apoio institucional à produção agrária reside no facto de que em quase todo o século XX não ter havido uma evolução tecnológica digna de menção a não ser a introdução da enxada e da tracção animal, esta última em zonas muito restritas do país. A produção e utilização de sementes melhoradas e uso correcto dos solos foi deixado a experiência secular do próprio camponês. Este facto por si só aponta para a ausência de políticas e estratégias de apoio ao sector familiar, e de políticas macroeconómicas nem sempre consentâneas com o incentivo ao aumento da produção, produtividade e renda do produtor familiar. A ausência de mecanismos de implementação de políticas e estratégias para assuntos transversais como o acesso ao crédito agrário, mercados, políticas fiscais e instrumentos para gestão sustentável dos recursos naturais contribuiu para bloquear o desenvolvimento rural.

A descentralização é um factor indispensável para a implementação efectiva e abrangente das políticas e estratégias do sector rural em particular as estratégias orientadas para o apoio aos pequenos e médios produtores, vulgo sector familiar³⁹. O documento de Carrilho et al (1990), já no início da década 90 apontava para a necessidade de descentralização ao nível do sector agrário com base nos seguintes argumentos:

³⁸ O conflito social é nocivo tanto porque desvia recursos das actividades economicamente produtivas quanto porque desestimula tais actividades em razão da incerteza.

³⁹ Os documentos de Wenzel & Weyl, 1992; Mosca, 1989b e Wuyts, 1978, fazem menção especial ao papel que o campesinato joga na economia rural. Por conseguinte, qualquer estratégia para o desenvolvimento rural em Moçambique pressupõe a transformação do sector camponês visando o aumento da produção, produtividade e aumento da renda. Os autores apontados enfatizam a necessidade de adopção de medidas de políticas para o reforço das formas organizativas e do quadro institucional.

- a formulação de políticas de desenvolvimento porque determinadas ao nível nacional, enfrenta dificuldades de abranger a diversidade natural e sócio-económica do país;
- o carácter vital do campesinato exige que as políticas nacionais sejam influenciadas pelas necessidades reais e específicas desse grupo social;
- a priorização do sector camponês implica que seja aberto espaço favorável para a estruturação e desenvolvimento de instituições ao nível comunitário, e;
- a descentralização é crescentemente importante numa situação de isolamento causado pela situação de insegurança, permitindo estimular a iniciativa criadora dos actores locais⁴⁰.

Uma economia rural produtiva e competitiva requer a mobilização de competências dos gestores e técnicos de apoio, a capacitação das instituições e fortalecimento dos empresários preparados para operarem num ambiente ditado pelas regras do mercado e liberal. A experiência dos 32 anos de desenvolvimento rural em Moçambique ensinou que o investimento produtivo não se pode realizar seguramente sem um quadro institucional favorável, um Estado que conceda facilidades e um clima de confiança.

O estágio da reflexão actual sobre o assunto orienta-se no sentido de exigir ao Estado um reordenamento dos seus quadros institucionais de modo que as famílias rurais e as comunidades possam intervir com maior protagonismo na tomada de decisões sobre as estratégias a adoptar, os objectivos a atingir e o ritmo de implementação das acções. É fundamental a criação de espaços alternativos de participação democrática, à medida que o Estado se vai demitindo das suas funções tradicionais no respeitante a solução dos problemas básicos e vitais das comunidades.

A experiência do pós-2^a Guerra Mundial demonstra que os países subdesenvolvidos que atingiram elevados patamares de desenvolvimento foram os que liberalizaram parcial e gradualmente. A China se destaca nesse aspecto na medida em que o seu sucesso, desde 1978, se deveu a uma estratégia baseada nas vias duplas, no gradualismo e no experimento. A Índia, que teve um óptimo desempenho nos anos 90, também liberalizou só parcialmente. Esses países soltaram a energia dos seus sectores privados, mas o fizeram de modo cauteloso e controlado. Um importante motivo pelo qual as estratégias gradualistas deram certo nos dois casos mencionados é que elas se ajustavam melhor às instituições pré-existentes. Portanto, as estratégias de reformas orientadas para o mercado devem reconhecer não só que as instituições são importantes, mas que é preciso tempo e esforço para alterar as instituições existentes. É preciso que seja o próprio país a estabelecer o âmbito e o ritmo da mudança, em particular as mudanças institucionais.

O quadro institucional e as instituições, garantidos pelo Estado, são portanto fundamentais para um bom ambiente de negócios, para a economia de mercado e para o crescimento económico. A economia não funciona bem quando exposta aos perigos do arbitrário e do imprevisível porque

⁴⁰ Para mais informações sobre o assunto vide o artigo de Valá, 2004b, em que o autor aborda as interrelações entre a participação comunitária, a descentralização e o papel do Estado, incidindo sobre a dicotomia entre as intenções e a realidade prática nas zonas rurais.

mina a confiança e a credibilidade do sistema económico. A fragilidade de condições institucionais e de regulação tende a criar um campo fértil para o desenvolvimento da economia informal, com reflexos para o crescimento económico. Seja qual for o nível de desenvolvimento de um país, o Estado é determinante. Um Estado institucionalmente fraco, predatório, ou demasiadamente interventivo, afecta a estabilidade e o crescimento (Stiglitz, 2003).

É nessa perspectiva que está em curso a implementação da Estratégia Global de Reforma no Sector Público (2001-2011), que surge da constatação de que o sector público ainda tem operado, de um modo geral, com níveis baixos de eficiência e efectividade, assim como uma reduzida qualidade de serviços prestados ao cidadão. Os comportamentos desviantes dos funcionários públicos minam a confiança que deve existir no relacionamento entre o cidadão e o Estado, prejudicam as iniciativas dos cidadãos para o desenvolvimento económico e social e aumentam os custos das decisões e serviços que a administração pública tem de prestar aos cidadãos (CIRES, 2001: 8-9).

Autores como Roque (2007: 151-155) apontam que em África o desafio não consiste tanto no aperfeiçoamento das instituições, mas na sua mudança, de forma a actuarem como agente fundamental para a transformação estrutural e democrática dos sistemas político, social e económico. Acelerar a transformação eficaz das infraestruturas institucionais para a sustentabilidade do desenvolvimento humano e económico a longo prazo exige uma programação visionária que resolva as causas da pobreza, iliteracia e exclusão social e propicie uma mudança de atitude dos cidadãos e do Estado, por um lado, perante o trabalho, a honestidade, a solidariedade e a justiça social.

O diagnóstico institucional dos Distritos evidencia algumas lacunas no que concerne ao ambiente institucional favorável ao desenvolvimento do campo. Duma forma geral, é notória a debilidade das instituições (públicas, privadas, civis e comunitárias). Com a implementação da Lei dos Órgãos Locais do Estado (LOLE), assiste-se à uma tendência de reforço das instituições estatais, em particular as de nível distrital, para materializar o princípio de que “o Distrito é o pólo de desenvolvimento”. De forma paralela, tem estado a ser reforçadas as instituições de consulta para o desenvolvimento local, denominadas de Conselhos Consultivos Locais (CCL's) e criados em todos os Distritos durante o ano 2006. Esses conselhos tem tido um papel de relevo na identificação e priorização dos projectos a serem financiados pelo Fundo de Investimento de Iniciativa Local (FIL)⁴¹.

Em muitos Distritos do país, as empresas privadas são débeis e não jogam um papel determinante no desenvolvimento económico. O nível de actividade económica é baixo, o potencial de colecta de imposto é muito reduzido e as oportunidades de negócios são bastante limitadas. Como resultado disso, a economia dos Distritos está quase completamente dependente de “outros actores fora do Distrito”. Em várias Províncias do país já estão formalmente constituídas as Agências de Desenvolvimento Económico Local (ADEL), nomeadamente em Maputo, Sofala, Manica, Nampula, Zambézia e Gaza, e estão em fase de constituição nas Províncias de Cabo Delgado, Tete e Inhambane. O desafio actualmente é implementar a abordagem do Desenvolvimento Económico Local (DEL) ao nível dos Distritos.

⁴¹ Para mais informações sobre a LOLE e as Instituições de Participação e Consulta Comunitária (IPCC's) vide República de Moçambique, 2005b e MAE, MPF e MADER, 2003.

As *ADEL's* são instrumentos calibrados para apoiar as micro PME's tendo, entre outras as seguintes funções: a) fomentar no território o espírito empreendedor e sensibilizar sobre a importância da PME como geradora de emprego e renda; b) assessorar e apoiar os empresários na realização dos seus planos de viabilidade; c) acompanhar as novas iniciativas empresariais no seu processo de “arranque” (assessoria, formação e informação); d) apoiar na definição de estratégias que permitam obter recursos financeiros (no território e fora dele); e) assistir na definição de estratégias de apoio à inovação, desenvolvimento tecnológico e melhoria dos processos de comercialização, f; e) promover e consertar com os actores do território medidas de apoio à consolidação de projectos empresariais. Dentre os vários instrumentos de intervenção para implementar a abordagem do DEL já fizemos referência as ADEL's. Todavia, existem outras ferramentas nomeadamente:

Encubadoras de empresas: É a concentração dum determinado número de PME's num espaço físico comum que facilita o arranque da iniciativa empresarial e permite que as empresas partilhem certos serviços essenciais. Grosso modo, as encubadoras de empresas contribuem para solucionar os seguintes problemas: i) dificuldades em aceder aos canais de comercialização e distribuição; ii) investigação e desenvolvimento; iii) obtenção de fontes de financiamento de longo prazo; iv) insuficiência de pessoal qualificado; v) acesso difícil à informação e assessoria, e; vi) insuficiência de locais e instalações próprias.

Centros de serviços para as empresas: São escritórios que assessoram e apoiam as micro, PME's com difícil acesso às estruturas de promoção e assessoria tradicionais. Os centros de serviços integram uma equipa multidisciplinar de profissionais que se dedicam à tempo inteiro ou parcialmente a assessorar as empresas na busca da eficiência, eficácia, relevância e sustentabilidade. O seu pessoal desempenha uma dupla função: animação e assessoria.

Centros de inovação (também denominados de parques tecnológicos): Tem em vista facilitar recursos humanos, físicos e económicos para potenciar a economia local das zonas que têm possibilidade de desenvolvimento através do apoio às micro, PME's com uma capacidade tecnológica e de inovação. A dotação de serviços com características tecnológicas inovadoras constitui a razão de ser fundamental dos centros de inovação.

Esse tipo de instituições é vital para o incremento económico dos distrito, em particular a promoção do empresariado local. Muitas das formas organizacionais quer do sector privado quer da sociedade civil ao nível dos Distrito operam na base de mecanismos informais e pouco notórios aos “olhos dos agentes de fora”. Essas instituições que tem uma vigência histórica e estão cristalizadas na cultura local, são importantes vectores para o desenvolvimento local, havendo necessidade de identificar e potenciar. Um mosaico denso de instituições de natureza política, económica, social e cultural é um importante capital para o desenvolvimento local⁴². Fazer depender a existência e funcionamento de instituições sócio-económicas e políticas ao estágio de desenvolvimento do país e particularmente do Distrito é entrar num ciclo vicioso que gera ainda menos desenvolvimento. O mesmo raciocínio se aplica ao acesso à educação e à

⁴² O capital social, entendido como sendo as regras, normas e relacionamentos informais a longo prazo que facilitam a acção coordenada e habilitam as pessoas a desenvolver actividades cooperativas em proveito mútuo, deve ser potenciado na perspectiva duma melhor organização social e produtiva ao nível local.

saúde. Esses três elementos, instituições económico-sociais, educação e saúde, não são apenas resultantes, são determinantes do processo de desenvolvimento. Não são para serem desenvolvidos apenas “quando o país e o Distrito virarem ricos”, mas, ao contrário, são condições para o país e o Distrito virarem ricos.

É preciso proporcionar a todos uma educação de alta qualidade; fornecer infraestruturas, nomeadamente institucionais como é o sistema judicial, essencial ao bom funcionamento do mercado; tornar vigoroso e inclusivo o sector financeiro; criar e pôr a funcionar redes de segurança para os pobres; promover a tecnologia em todos os sectores, das telecomunicações à agricultura. Inequivocamente, a aposta é no homem e nas instituições, porque homens e instituições de qualidade são determinantes no desenvolvimento rural..

V. ABRINDO A CAIXA DE PÂNDORA: O desafio é melhorar o ambiente de negócios nos Distritos

Quando se fala em “Boa Governação” e competente e eficaz administração pública em países pobres fica-se com a impressão de que tudo corre mal por estas paragens. É preciso questionar essa visão deturpada. Na óptica de Chang (2003), os países em desenvolvimento sofreram nas últimas décadas uma série de pressões, por parte do *establishment* económico mundial, para adoptar “boas políticas”. Essas recomendações reduziram a margem de manobra dos países e diminuíram as opções de política pública que os Estados podem usar. Entre tais políticas figuram as macroeconómicas restritivas, a liberalização do comércio internacional e dos investimentos, a privatização e a desregulamentação. Para além dessas políticas seria necessária uma boa governança que se caracteriza por uma democracia liberal, uma burocracia aceitável, um judiciário independente, forte protecção aos direitos privados (incluindo os intelectuais) e uma regulação eficaz do mercado- sobretudo nas áreas financeira, tal como um Banco Central independente. Muitas vezes se assume, de modo erróneo, que os países desenvolvidos evoluíram graças a essas características. O que Chang demonstra é que os países desenvolvidos ou ricos não se enriqueceram com tais instituições ou políticas, antes as adoptaram à medida que se foram desenvolvendo.

Como ficou evidenciado durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, em 2002, o desenvolvimento só é sustentável quando considerado em uma perspectiva multidimensional, que integre preocupações ambientais, sócio-económicas e políticas, tornando-se assim uma estratégia para a redução efectiva da pobreza. A participação ampla de todos os sectores da sociedade nesse processo assegura a existência de equidade no que diz respeito ao que é produzido, do ponto de vista social e económico. Para que tal noção de equidade se torne sustentável, então mecanismos de governança são necessários a fim de garantir que os ganhos alcancem a todos e que as instituições evoluam para maximizar as escolhas das pessoas, reduzindo a insegurança gerada por instituições fracas. É nessa esteira que se entende o desenvolvimento de capacidades como elemento crucial para a redução da pobreza e para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (Lopes, 2005: 156-157).

As grandes prioridades de desenvolvimento rural em Moçambique estão relacionadas com a capacidade empreendedora⁴³ das pessoas de usarem de forma rentável e sustentável os recursos naturais que estão disponíveis no seu meio circundante, o fomento do investimento público em infraestruturas sócio-económicas que atraem investimentos privados para o meio rural, a multiplicação de iniciativas sustentáveis de financiamento aos indivíduos que tem ideias de negócios (incluindo a importante componente de micro-finanças direccionadas para o combate à pobreza) e o descongestionamento dos mercados agrícolas e rurais, bem como ao estabelecimento dum dispositivo de promoção e fortalecimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (PME's) rurais, em particular o fomento das agro-indústrias⁴⁴. Uma questão de crucial importância para o desenvolvimento rural e que tem sido adiada a sua discussão é a elevada dispersão da população no meio rural o que dificulta e encarece a implantação de infraestruturas e serviços básicos para as pessoas.

Não existe nenhuma margem de dúvida de que os empresários vão ter que assumir um papel decisivo na transformação da economia nacional. Moçambique necessita de ter a médio prazo uma classe de empreendedores e empresários vigorosa. O alcance do desenvolvimento sócio-económico sustentável dependerá grandemente da capacidade dos moçambicanos responderem com flexibilidade às novas oportunidades técnicas e de mercado que surgem. Os incentivos de mercado, e não os instintos inatos, são a motivação primária para a maioria dos empresários.

A interferência burocrática excessiva gera a desordem, constringe os investimentos, desmotiva os empreendedores e cria espaço para o florescimento de práticas corruptas⁴⁵. Ela incentiva os empresários a encontrar formas de torpear as regras e leva os cumpridores da lei a perder a sua vantagem competitiva. A remoção de regulamentações onerosas permite eliminar os “custos ocultos ou subterrâneos”, que muitos empresários devem pagar para obter licenças e registar as suas empresas. O suborno é apenas um tipo de custo; processos morosos e procedimentos complicados propiciam custos ainda maiores devido à perda de eficiência e competitividade.

O BIRD (1990) reconhece que um bom ambiente propício ao negócio e um maior apoio às capacidades empresariais ajudariam as empresas de todas as dimensões a fazerem a sua contribuição para o desenvolvimento sócio-económico do país. Os próprios empresários deverão desempenhar um papel activo no melhoramento das políticas, regulamentações e instituições que os afectam. Ao formularem uma abordagem participativa, que melhore a sensibilidade das políticas e das instituições públicas às necessidades dos empresários, os governos podem estimular a confiança nas reformas jurídicas e institucionais, aumentar a produtividade e reduzir os custos de transação nas actividades económicas à todos os níveis.

Não temos dúvidas em afirmar que o principal agente de mudanças no quadro da promoção do desenvolvimento rural em Moçambique tem de ser o Estado, pois muitos problemas que

⁴³ Isso pode ser alcançado através da formação técnico-profissional orientada para a exploração dos recursos naturais disponíveis em cada distrito ou região.

⁴⁴ Corroboramos com Rosário (2005: 19) quando sublinha que o desenvolvimento rural e agrário sustentáveis em Moçambique devem basear-se em modelos que tenham como suporte o capital humano, com especial ênfase para as componentes de educação e saúde, assim como uma orientação pro-pobre, pro-mulher, pro-juventude e pro-ambiente.

⁴⁵ São demasiado importantes os efeitos corrosivos e paralizantes da corrupção no processo de desenvolvimento económico e social do país para poderem ser sistematicamente ignorados.

condicionam a actividade económico-social e investimento têm origem no Estado⁴⁶. Quando fazemos uma análise dos países que nas últimas três/quatro décadas reduziram drasticamente o número de pobres, identificamos quatro traços comuns. O primeiro desses traços foi que todos esses países eram dotados de *administração pública eficiente, burocracia estatal competente, com alto grau de profissionalismo, de tecnicidade, capaz de orientar o processo de desenvolvimento*⁴⁷. Os restantes três traços comuns são: uma visão estratégica clara de desenvolvimento, uma forte componente social de redistribuição da renda e pesados investimentos orientados para a capacitação de recursos humanos, educação, ciência e tecnologia (Ricupero, 2002: 37-39). Há uma necessidade premente de mudança de atitude e mentalidade de alguns funcionários públicos. Não é suficiente a implantação de infraestruturas fundamentais para que tudo o resto surja automaticamente. É vital que o Estado⁴⁸, em parceria com outros actores de desenvolvimento, fomente a constituição de instituições que favorecem o aumento da produtividade no campo e o desenvolvimento da indústria ligeira (agro-indústrias rurais).

A economia de mercado e as dinâmicas empresariais não podem funcionar de maneira eficiente sem que o Estado seja reforçado para poder criar um ambiente institucional favorável, sem que as empresas tenham lógicas de produção de longo prazo e sem que os mecanismos redistributivos permitam regular as tensões sociais. O lugar do empreendedor africano não pode ser dissociado do contexto económico, social, cultural e político no qual actua (Ellis & Fauré, 1995: 227-228 e Hugon, 1999: 143-144). O ambiente económico ao nível dos Distrito ainda não é o mais adequado para a emergência, o desenvolvimento e a consolidação de muitos empresários locais. Por outro lado, não podemos deixar de reconhecer que a economia dos Distritos é caracterizada pela criatividade, pelas iniciativas populares, pela emergência de novas organizações e espíritos engenhosos que escapam as estatísticas oficiais. Num ambiente económico marcadamente desfavorável, com tão poucos recursos, baixa educação formal dos produtores e mercados atrofiados, “*os homens de negócios dos distritos de Moçambique*” nada têm a invejar de seus pares europeus, norte americanos e japoneses. Se com tão pouco conseguem fazer milagres, o que fariam numa situação normal?

A erradicação da pobreza é o maior objectivo ético da sociedade moçambicana neste momento da sua história. Além de ser muito mais importante que qualquer objectivo de natureza económica, a sua implementação vai favorecer o crescimento económico e a redução das

⁴⁶ A burocracia excessiva e a corrupção constituem um custo de transacção elevado de todos os negócios e do funcionamento dos diversos sectores económicos e sociais do país. Os efeitos corrosivos e paralizantes da corrupção e do burocratismo na economia rural são de tal forma elevados que não podem ser sistematicamente ignorados pelos poderes públicos. Vide Osman (2003).

⁴⁷ É nesse contexto que se afigura importante que os resultados da implementação da Reforma no Sector Público sejam mais visíveis e os seus impactos mais significativos na vida das pessoas. Vide CIRES, 2001.

⁴⁸ Mosca (2004: 185) defende que o Estado deverá assegurar a recuperação das infraestruturas e dos serviços e garantir o funcionamento das instituições ao nível local. A reactivação económica dos pequenos e médios produtores rurais implica a existência de condições de aprovisionamento de insumos e instrumentos de trabalho no mercado rural, a garantia da comercialização dos excedentes, a reabilitação do comércio rural para a oferta de produtos manufacturados básicos, a reestruturação do sistema financeiro para facilitar as acessibilidades dos pequenos produtores ao crédito, a recuperação das redes de extensão rural e, a médio prazo, das estações agrárias e o desenvolvimento de projectos de investigação agrária. Esses aspectos acima referidos estão a ser alvo de intervenção descentralizada e integrada ao nível da agricultura, no quadro do Projecto de Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Orientado para o Mercado em dois distritos do Vale do Zambeze (Morrumbala, Zambézia, e Mutarara, Tete) e vão ser extendidos para os distritos de Maríngue e Chemba, Sofala, Mopeia, Zambézia, e Guro, Manica.

desigualdades sociais. A nossa opção é clara: em vez de esperar que o crescimento elimine a pobreza, é necessário virar o jogo, fazendo com que a erradicação da pobreza promova o crescimento económico. Os instrumentos privilegiados para acabar com a pobreza são as políticas públicas adequadas (sectoriais e intersectoriais) que assegurem o acesso de toda a população aos bens e serviços essenciais, através do seu envolvimento directo e responsável na produção.

Embora reconhecendo o importante papel que o financiamento tem como alavanca para o desenvolvimento, argumenta-se que uma visão integrada de desenvolvimento é fundamental, bem como um adequado ambiente de negócios no campo. Serviços especializados de apoio as micro, PME's são necessários bem como um sistema de capacitação de pessoas para explorar os recursos disponíveis em seu redor. Obviamente que instrumentos financeiros adequados são fulcrais mas “não se pode pôr a carroça em frente dos bois” como se diz vulgarmente. O meio rural em Moçambique carece de instituições vigorosas e visionárias, e os acessos tem de ser facilitados e ampliados- aos mercados, aos serviços financeiros, à posse da terra e dos recursos naturais, à formação de qualidade para todos, à comunicação e informação e às infraestruturas económico-sociais que possam atrair investimento.

Num país pobre como o nosso há falta de muita coisa. Fica-se por vezes bloqueado sem saber por onde começar. Porque não começar do início? Mas será que o início é o começo dum processo virtuoso de combate à pobreza? Perguntava-me um estudante de Ciências Sociais na UEM à algumas semanas: “*É preciso dizer as pessoas pobres que devem combater a pobreza? Será que elas não sabem disso e não fazem isso no seu dia à dia?*”. O jovem estudante universitário advoga que é fundamental “popularizar” as habilitações e capacidades sobre COMO criar riqueza “neste nosso país de múltiplas maravilhas e oportunidades”, na acepção defendida por Amartya Sen (1981).

É fulcral repensar a economia rural a partir de dentro e na sua verdadeira dimensão, olhando de forma realística e pragmática para o seu potencial e obstáculos e, sobretudo, estando do lado das soluções e não do lado dos problemas. Só instituições pujantes- privadas, públicas, civis e comunitárias- poderão intervir no sentido de resgatar a riqueza que está encravada no campo (North, 1990 e Osman, 2003). Explorar as energias dormentes dos agentes económicos rurais é o grande desafio para as próximas duas décadas, ou seja, os esforços de desenvolver a economia do país estão dependentes da capacidade de “disseminar o virus do empreendedorismo” pelas milhares de aldeias do país e pelos milhões de micro-unidades económicas de desenvolvimento que são os agregados familiares. Micro, pequenas e médias empresas (PME's) rurais fortalecidas e orientadas para a criação de riqueza são os veículos privilegiados para o desenvolvimento do campo, devendo operar num ambiente de negócios estimulador, em que o acesso ao financiamento é apenas uma condição necessária mas certamente insuficiente para engendrar o “take of” económico do campo. No actual contexto de desenvolvimento do país é imperioso tornar viáveis os negócios nas zonas rurais para tornar mais competitivo o país tendo em vista o seu desenvolvimento sócio-económico pleno, mas não descurando a necessidade de perspectivá-lo num quadro mais amplo da região da SADC e preparando os moçambicanos rurais e a sua economia para explorarem na sua plenitude as vantagens comparativas que o processo de globalização vai exigindo.

Este artigo não termina com uma conclusão, porque é um documento aberto. Ele lança um repto à toda a sociedade moçambicana no sentido de identificar soluções decentes, dignas e atractivas para os habitantes das zonas rurais. Essas zonas sofrem de desfuncionamentos no contexto da rápida globalização da economia, porque dispõem de uma base económica não diversificada e pela incapacidade de tirar vantagem de certas economias de escala. Mas as zonas rurais de Moçambique, pela sua rica diversidade, encerram um enorme potencial de desenvolvimento. É esta perspectiva ousada e optimista que é assumida pela Estratégia de Desenvolvimento Rural, que encara as zonas rurais como “espaços de oportunidades” e não como “espaços marginais a cargo do país”.

REFERÊNCIAS

- ABDELMALKI, L.; MUNDLER, P. (1995), *Économie du Développement*.- Paris: Hachette
- ADDA, Jacques (1996), *La Mondialisation de l'économie*.- Paris: La Découverte
- ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders (1997), “*The Washington Consensus*” e *Moçambique: A importância de questionar o modo de pensar Ocidental sobre o processo de desenvolvimento no continente Africano*.- Maputo: CEEI/ISRI- PADRIGU
- ADAM, Yussuf (2006), *Escapar aos Dentes do Crocodilo e Cair na Boca do Leopardo: Trajectória de Moçambique pós-colonial (1975-1990)*.- Maputo: Promédia
- ELLIS, Stephen e FAURÉ, Yves-A. (1995), *Entreprises et Entrepreneurs Africains*.- Paris: Karthala
- ANDERSSON, Per-Ake (2002), “Impacto dos Megaprojectos na Economia Moçambicana”.- In: A Economia Moçambicana Contemporânea: Ensaios: MPF, págs.531-558
- BANCO MUNDIAL (1990), *África Subsaariana: Da crise até ao crescimento sustentável*.- Washington DC: BIRD
- BORNSTEIN, David (2006), *Como Mudar o Mundo: Empreendedores Sociais e o Poder das Novas Ideias*.- Rio de Janeiro: Editora record
- BUENDIA, Miguel (2001), “Samora Machel e a Educação”.- In: Samora: Homem do Povo.- Maguezo Editores, Ed. António Sopa, pp.83-98
- CARRILHO, João et al (1990), *Estratégia Alternativa de Desenvolvimento Agrário (EADA)*.- Maputo: MINAGRI
- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno (1995), *Opções Económicas de Moçambique, 1975-95: Problemas, lições e ideias alternativas*.- In: “Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento”, Brazão Mazula (editor), pp.581-636.
- CAVALCANTI, Clóvis (1998), *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*.- São Paulo: Cortez Editora
- CHANG, Há-Joon (2003), *Chutando a Escada: A estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica*.- São Paulo: UNESP

- CHAMBERS, Robert (1995), *Desenvolvimento Rural: Fazer dos últimos os primeiros*.- Luanda: ADRA

- CORM, Georges (1996), *A Nova Desordem Económica Mundial: Na origem dos fracassos do desenvolvimento*.- Lisboa: Instituto Piaget

- CUI, Zhiyuan (2002), “ O Papel do Estado na economia: Um exame teórico sobre o caso chinês”.- In: Brasil, México, África do Sul, Índia e China: Diálogo entre os que chegaram depois.- São Paulo: Editora UNESP, pp.251-274

- CHIDZERO, Anne-Marie (1998), *Estudo sobre Microfinanças em Moçambique*.- Maputo: INDER, BdM e MPF

- CIRESP (2001), *Estratégia Global da Reforma do Sector Público (2001-2011)*.- Maputo: CIRESP

- Comité de Conselheiros (2003), *Agenda 2025: Visão e Estratégias da Nação*.- Maputo: Conselho Nacional da Agenda / GoM / PNUD

- CPI (2007), *Melhoria de Ambiente de Negócios nos Distritos*.- Maputo: MPD- III Conselho Coordenador (13-16 de Junho de 2007, em Mueda)

- DE ABREU, António Pinto (2005), *Sector Informal, Microfinanças e Empresariado Nacional em Moçambique*.- Maputo: Banco de Moçambique / ISCTE

- DE MIRA, Feliciano (1997), “Notas de Reflexão sobre a Acção Empreendedora, a Educação e as Actividades Económicas de Pequena Escala em Moçambique”.- In: Educação, Empresas e Desenvolvimento em Moçambique.- Évora: Editorial Pendor, Org. Feliciano de Mira, pp. 141-153

- DNPDR (2007), *Relatório da IV Conferência de Microfinanças*.- Maputo: MPD (Namaacha, 05 e 06 de Julho de 2007)

- DNPDR/MPD (2007), *Relatório da Reunião de Reflexão sobre o Papel dos Fundos de Fomento no Desenvolvimento do País*.- Maputo: MPD (Barragem dos Pequenos Libombos, 21 e 22 de Junho de 2007)

- DO ROSÁRIO, Carlos Agostinho (2005), *Humanização da Globalização: Desafios para a Redução da Pobreza em Moçambique*.- New Delhi: Krest Publications

- ÉTICA MOÇAMBIQUE (2001), *Estudo sobre Corrupção- Moçambique 2001*.- Maputo: Ética Moçambique

- FERRINHO, Homero (1978), *Cooperativas e Desenvolvimento Rural*.- Lisboa: Clássica Editora

- FRANCISCO, António (2005), *Por uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Adequada e Viável para Moçambique*.- Maputo: MPD/DNPDR

- FRANCISCO, António (2003), “Reestruturação Económica e Desenvolvimento de Moçambique”.- In: Conflito e Transformação Social: Uma paisagem das justças em Moçambique: Edições Afrontamento, págs.141-178

- FRISCHTAK, Leila (1994), *Governance Capacity and Economic Reform in Developing Countries*.- Washington DC: The World Bank

- GUEBUZA, Armando (2004), “Podemos, Merecemos e Somos Capazes de ser Ricos”.- In: Domingo, 28 de Novembro de 2004, págs.20-21

- HANLON, Joseph (1997), *Paz sem Benefício: Como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*.- Maputo: Imprensa Universitária- UEM

- HERMELE, Kenneth (1990), *Moçambique numa Encruzilhada: Economia e política na era de ajustamento estrutural*.- Bergen: Chr. Michelsen Institute/ Department of Social Science and Development

- HODGES, Tony; TIBANA, Roberto (2005), *A Economia Política do Orçamento em Moçambique*.- [s.l.]: Principia

- HUGON, Phillipe (1999), *Economia de África*.- Lisboa: Editora Vulgata

- ICC (2001), *II Estudo do Sector de Microfinanças em Moçambique*.- Maputo: MADER / PNUD / MICRONET

- LANDES, David (2002), *A Riqueza e a Pobreza das Nações: Por que são algumas tão ricas e outras tão pobres*.- Lisboa: Gradiva

- LOPES, Carlos (2005), *Cooperação e Desenvolvimento Humano: A agenda emergente para o novo milénio*.- São Paulo: Editora UNESP

- MACAMO, Elísio (2005), “Moçambique e a Boa Vida”.- In: Notícias, 20 de Julho de 2005, pág.4

- MADER (2000), *Abordagem do Desenvolvimento Rural em Moçambique*.- Maputo: MADER/DNDR

- MAE, MPF & MADER (2003), *Participação e Consulta Comunitária na Planificação Distrital: Guião para Organização e Funcionamento*.- Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique
- MAZULA, Brazão (2005), *Ética, Educação e Criação da Riqueza: Uma reflexão epistemológica*.- Maputo: Imprensa Universitária
- MOSCA, João (2005), *Economia de Moçambique: Século XX*.- Lisboa: Instituto Piaget
- MOSCA, João (2004), *S.O.S. África*.- Lisboa: Instituto Piaget
- MOSCA, João (1989), “Campesinato: Transformações políticas e económicas”.- In: Extra, Nº1, pp.2-10
- MPD (2007), *Estratégia de Desenvolvimento Rural*.- Maputo: Conselho de Ministros (aprovada no dia 11 de Setembro de 2007, durante a 24ª Sessão Ordinária)
- NEGRÃO, José (2003), “Como Induzir o Desenvolvimento em África?: Reflectindo sobre o Norte de Moçambique”.- In: O Economista, Nº3: AMECON, págs.39-75
- NEGRÃO, José (2001), *Cem Anos de Economia da Família Rural Africana: O Delta do Zambeze em Análise Retrospectiva*.- Maputo: Promédia
- NEGRÃO, José (1997), “Repensando as Modas do Desenvolvimento Rural”.- In: Moçambique: Perspectivas sobre a ajuda e o sector civil, D. Sogge (ed.), pp.117-134
- OSMAN, Abdul Magid (2005), *Empreendedorismo*.- Maputo: 2ª Reunião Nacional da AMECON, 12 de Abril de 2005
- OSMAN, Abdul Magid (2003), “Desenvolvimento Económico, Economia de Mercado e as Instituições: Papel do Estado”.- In: O Economista, Nº3: AMECON, págs.09-38
- RATILAL, Prakash (2002), “Percepções sobre a Economia”.- In: O Economista, Nº1: AMECON, págs.45-104
- NORTH, Douglass (1990), *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*.- Cambridge: Cambridge University Press
- ONU (2006), *La Construcción de Sectores Financieros Incluyentes para el Desarrollo*.- Nueva York: ONU
- República de Moçambique (2006), *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (2006-2009)*.- Maputo: GoM
- República de Moçambique (2005b), *Legislação sobre os Órgãos Locais do Estado (Lei nº 8/2003 e o Decreto nº 11/2005)*.- Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique

- República de Moçambique (2005), *Programa Quinquenal do Governo (2005-2009)*.- Maputo: GoM

- República de Moçambique & ONU (2005), *Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Moçambique, 2005*.- Maputo: GoM

- RICUPERO, Rubens (2002), “Diversidade e Desenvolvimento”.- In: Brasil, Mexico, África do Sul, Índia e China: Diálogo entre os que chegaram depois, pp. 25-41

- ROQUE, Fátima Moura (2007), *África, a NEPAD e o Futuro*.- Luanda: Texto Editores

- SACHS, Jeffrey (2005), *O Fim da Pobreza: Como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos*.- São Paulo: Companhia das Letras

- SEN, Amartya (2000), *Desenvolvimento Como Liberdade*.- São Paulo: Companhia das Letras

- SEN, Amartya (1983), “Development: Which Way Now?”.- In: Economic Journal, N°93, págs.745-762

- SEN, Amartya (1981), *Poverty and Famines: An essay on entitlements and deprivation*.- Oxford: Claredon Press

- STIGLITZ, Joseph (2003), *Globalização: A Grande Desilusão*.- Lisboa: Terramar

- TORRES, Adelino (1997), “Mercados e Desenvolvimento em África: Lógicas e Desafios num Contexto de Globalização”.- In: O Desafio Africano, Coord. José Carlos Venâncio: Vega, pp. 85-130

- UNDP (2006), *Desenvolvimento Humano até 2015: Alcançando os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*.- Maputo: Moçambique Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano 2005-SARDC/ISRI/INE/UNDP

- VALÁ, Salim Cripton (2007a), *Não Existe um Único Moçambique Rural, Existem Distintos Moçambique’s Rurais: Em busca de políticas públicas calibradas para promover o meio rural*.- Maputo: MPD / DNPDR

- VALÁ, Salim Cripton (2007b), *A Contribuição da Sociedade Civil no Desenvolvimento Local em Moçambique: Uma reflexão focalizada para o meio rural*.- Pemba: MPD/DNPDR- PROCADIS (Janeiro de 2007)

- VALÁ, Salim Cripton (2006a), *Administração Pública como Promotora e Facilitadora do Desenvolvimento Rural em Moçambique*.- Maputo: MPD/DNPDR- ISRI

- VALÁ, Salim Cripton (2006b), *Desenvolvimento Agrário e Papel da Extensão Rural no Chókwè (1950-2000): Conflito de interesses entre o Estado e os agricultores?*.- Maputo: IPAD / CIEDIMA
- VALÁ, Salim Cripton (2006c), “*O Tripé do Desenvolvimento Rural em Moçambique: Explorar o potencial existente, focalizar as acções no combate à pobreza ao nível do Distrito e estimular o empreendedorismo dos actores rurais*”.- In: Servidor Público, Outubro de 2006, nº 2, ANFP, pp. 61-63
- VALÁ, Salim Cripton (2005), *Dilemas e Desafios do Desenvolvimento Rural em Moçambique: Como criar riqueza através da capacitação do Homem e das Instituições?*.- Maputo: Comunicação apresentada na 2ª Reunião Nacional dos Economistas, 12 de Abril de 2005
- VALÁ, Salim Cripton (2004), *Participação Comunitária, Descentralização e o Papel do Estado: Entre o ideal e a realidade no Moçambique Rural*.- Maputo: DNDR/MADER
- VALÁ, Salim Cripton (2003), *A Problemática da Posse da Terra na Região Agrária do Chókwè (1954-1995)*.- Maputo: Promédia
- VALÁ, Salim Cripton (2002), *Desenvolvimento Comunitário, Participação e “Empowerment” em Moçambique (1987-2002): Percepções, realidade e perspectivas num contexto de mudança*.- Maputo: DNDR/MADER
- VEIGA, José Eli da (2001), “*O Brasil Rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento*”.- In: Estudos Avançados, Vol. 15, Nº 43.- São Paulo, Setembro-Dezembro de 2001
- VLETTER, Fion (2006), *O Sector Microfinanceiro em Moçambique: Realizações, Perspectivas e Desafios*.- Maputo: MPD / PNUD / CIDA-Canadá
- WENZEL, Hans Joachim; WEYL, Ulrich (1992), *O Sector do Pequeno Agricultor em Moçambique: Desenvolvimento e conceitos de desenvolvimento no contexto de colonialismo, socialismo e ajustamento estrutural*.- Chimoio: Mozambique Agricultural Rural Reconstruction Programme (MARRP)
- WUYTS, Marc (1978), *Camponeses e Economia Rural em Moçambique*.- Maputo: CEA/UEM
- YUNUS, Muhammad (2007), *O Banqueiro dos Pobres*.- Oeiras: Difel



Av. Patrice Lumumba, 178 - Maputo
MOÇAMBIQUE

Tel. + 258 21 328894
Fax + 258 21 328895
www.iese.ac.mz